



CETIP S.A. - Mercados Organizados

CNPJ nº 09.358.105/0001-91

www.cetip.com.br



Relatório da Administração

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP” ou “Companhia”) relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as demonstrações financeiras consolidadas também preparadas de acordo com os CPCs e de acordo com os Padrões Internacionais de Consolidação das Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)) emitidos pelo *International Accounting Standards Board*. Informações adicionais sobre o desempenho operacional e financeiro estão disponíveis na internet (www.cetip.com/ri).

Mensagem da Administração

Superação e estabilidade são duas palavras que resumem o desempenho da CETIP em 2011. Mesmo em cenário de instabilidade dos mercados, ultrapassamos nossas metas de crescimento, consolidamos um novo negócio de financiamentos na Companhia e lançamos produtos alinhados às demandas dos clientes, cumprindo nossa função primordial de integradora do mercado financeiro brasileiro.

Foi um período de aprendizagem, representado especialmente pela absorção das operações da GRV Solutions, empresa adquirida no final de 2010 e que agregou a experiência em processamento e custódia das informações relativas a financiamentos de veículos. Esse processo nos permitiu iniciar a captura de relevantes sinergias, principalmente comerciais, e identificar futuras oportunidades de negócios em um mercado completamente novo, o de crédito ao consumo.

Ampliamos o foco no relacionamento com os nossos clientes e na parceria para desenvolver produtos e soluções sob medida e alinhados às suas demandas e às tendências do mercado. O grande exemplo foi o lançamento do Cetip I Colateral, solução pioneira que traz mais segurança aos gerentes de derivativos de balcão ao permitir o uso de títulos elegíveis depositados na CETIP e no Selic como garantia nessas operações. Com isso, os clientes mitigam risco de contraparte, reduzem custos e a necessidade de alocação de capital, agregando ganhos de eficiência.

Desenhado sob medida para o mercado brasileiro, em parceria com a Clearstream, empresa do Grupo Deutsche Börse, o Cetip I Colateral representa um avanço em nossa capacidade de oferecer serviços inovadores e sistemas robustos e confiáveis para o crescimento do mercado de capitais brasileiro. Destaca-se ainda por ser o primeiro do mundo criado por uma instituição que não atua como contraparte central nas operações, mas sim como um agente neutro e capaz de administrar as garantias depositadas, conforme os níveis de colateralização definidos pelas partes envolvidas nas operações.

Na busca de melhoria contínua, criamos equipes focadas em projetos para ampliar nossa eficiência no desenvolvimento e na implementação de produtos e serviços. Nossa agilidade em atender às demandas do mercado também foi expressa ao lançarmos, em tempo recorde, o registro de Letras Financeiras negociadas por meio de ofertas públicas, em operações destinadas para investidores institucionais. Com esse serviço, viabilizamos a ampliação das emissões e negociações deste ativo, que é um instrumento relevante para captação de recursos em médio e longo prazos.

O potencial de crescimento da CETIP foi referendado pelo ingresso de um investidor estratégico no capital da Companhia, a Ioe Overseas Limited (“ICE”), empresa do Grupo IntercontinentalExchange, um dos maiores operadores de bolsas globais de futuros, *clearing houses* e mercados de balcão. A ICE adquiriu a participação de 12,44% que era detida pela Advent e pelo Itaú Unibanco. Com a operação, a Advent deixou de ser acionista da CETIP e o Itaú Unibanco manteve participação equivalente a 3,39% do total de ações à época da operação. O novo acionista agrega *expertise* ao nosso negócio e certamente atuará de maneira determinante para impulsionar nossas operações.

A confiança dos investidores refletiu-se também na valorização de nossas ações negociadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA: 14,3% no ano, ante recuo de 18,1% do Ibovespa, o principal índice do mercado acionário brasileiro.

Em outra frente, adotamos em 2011 uma nova identidade visual, processo que coincidiu com os 25 anos de criação da CETIP. Com o novo posicionamento, reforçamos a essência do negócio da Companhia, que é a transparência e a segurança, com atributos de eficiência, agilidade e inovação. Eles estão no dia a dia do que fazemos e são diferenciais competitivos que não perdemos de vista.

Essas realizações traduziram-se no desempenho alcançado no ano. A Companhia mostrou sua solidez em um período de turbulências do mercado internacional e de menor ritmo de crescimento da economia brasileira. Nossa receita líquida atingiu R\$741,8 milhões, a geração operacional de caixa, expressa pelo EBITDA (Lajida - Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), totalizou R\$517,4 milhões e o lucro líquido somou R\$220,5 milhões. Se desconsiderarmos a despesa com remuneração baseada em ações sem desembolso de caixa, o EBITDA ajustado totalizou R\$546,8 milhões, com margem EBITDA ajustado de 73,7%. Considerando o benefício fiscal em decorrência da amortização do ágio e desconsiderando-se a amortização de intangíveis oriundos da aquisição da GRV Solutions e a despesa com remuneração baseada em ações sem desembolso de caixa, o lucro líquido ajustado (*cash earnings*) atingiu R\$370,7 milhões.

Identificamos muitas oportunidades de crescimento para a CETIP, em nossas duas unidades de negócios. Em títulos e valores mobiliários nosso foco em 2012 será a introdução de uma nova plataforma de negociação de renda fixa, comprometidos com o fortalecimento, a ampliação e a liquidez desse importante mercado; a intensificação do processo de venda dos serviços oferecidos pelo Cetip I Colateral; e o desenvolvimento de pacotes de informações relacionadas aos instrumentos custodiados pela Companhia. Em financiamentos, estudamos incluir em nosso portfólio a prestação de serviços ligados ao mercado imobiliário, trazendo a mesma eficiência e segurança que já oferecemos ao segmento de veículos. Ainda em financiamentos, vamos desenvolver novos serviços e pacotes de informações para o ciclo de financiamento de veículos.

Temos investido em pessoas, ferramentas e sistemas para capturar essas oportunidades, em linha com nossos direcionamentos estratégicos de melhoria contínua, expansão dos principais negócios, desenvolvimento de negócios conexos, racionalização e desenvolvimento de nossa base de clientes, reforço no relacionamento com os *stakeholders*, ampliação e desenvolvimento de custos e alavancagem operacional. Avançamos em todos esses aspectos, mas sabemos que há muito espaço para fazer mais e melhor.

Cenário Macroeconômico
Incertezas e instabilidades caracterizaram o cenário macroeconômico em 2011, com deterioração na frente internacional e moderação da atividade doméstica, especialmente ao longo do segundo semestre. A fragilidade política, fiscal e econômica da região do euro interferiu negativamente no desempenho do mercado financeiro e de capitais e criou expectativas menos alentadoras sobre a capacidade da China manter seu ritmo de crescimento. Nos Estados Unidos, o ambiente foi mais favorável, com evolução nos níveis de consumo e retomada da criação de empregos nos últimos meses do ano.

A volatilidade no mercado financeiro internacional coincidiu com a desaceleração da economia brasileira, ao mesmo tempo em que medidas macroprudenciais adotadas pelo governo federal, no final de 2010, para conter a expansão acelerada da economia e a concessão de crédito para pessoas físicas. Esse movimento prejudicou especialmente a indústria que mantém altos estoques quando essas ações restritivas começaram a fazer efeito.

Na indústria, a produção física recuou 1,2% no ano, segundo dados do IBGE. As vendas no comércio registraram evolução de 6,7%, comparativamente ao crescimento de 10,9% acumulado do ano anterior. A demanda de famílias também perdeu o dinamismo, mas ainda manteve-se sustentada pelo maior contínuo no emprego e na renda. Nesse cenário, a economia brasileira seguiu a tendência de desaceleração, com expansão de 2,7% para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2011, ante 7,5% em 2010. Depois de ter promovido a elevação da taxa referencial de juros ao longo do primeiro semestre, o Banco Central adotou a estratégia de redução gradativa da Selic, que evoluiu de 10,75% em dezembro de 2010 para 12,50% em julho de 2011 e encerrou 2011 em 11,00%. O reposicionamento reflete um novo conjunto de medidas das autoridades econômicas para contrabalançar a deterioração do cenário internacional e a moderação da atividade econômica interna. Além da revisão dos juros, elas incluíram incentivos fiscais para segmentos de consumo e da indústria e reversão parcial das medidas macroprudenciais implantadas no final do ano anterior.

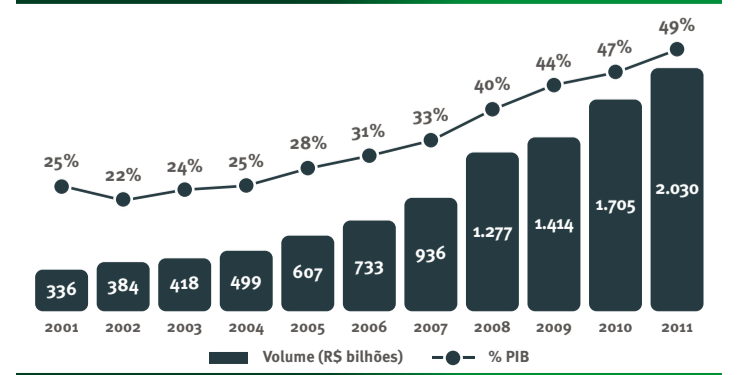
Depois de atingir o pico no terceiro trimestre, a inflação perdeu o fôlego e retrocedeu nos últimos meses do ano. Com isso, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) encerrou 2011 em 6,5%, no teto da meta estabelecida pelo Banco Central, mas com a maior variação desde 2004 (7,6%) e 0,59 ponto percentual acima da taxa de 5,91% registrada em 2010.

Mesmo com o cenário externo desfavorável e com o real apreciado, o Brasil registrou superávit comercial de US\$29,8 bilhões em 2011, quase 50% acima do valor de US\$20,1 bilhões registrado em 2010. O resultado reflete especialmente os preços mais altos das *commodities*, responsáveis por boa parte da expansão de 27% nas exportações. Já as despesas líquidas com serviços e rendas determinaram déficit em conta corrente de US\$51,9 bilhões (2,1% do PIB). Esse valor foi compensado pelo maior volume de investimentos estrangeiros, que totalizaram US\$66,7 bilhões, indicativo do interesse pelo Brasil que se acentuou em meio à crise internacional. Apesar de ainda apreciado, o real passou a sofrer maiores pressões a partir do terceiro trimestre, e o dólar norte-americano encerrou o ano cotado a R\$1,88, ante R\$1,67 no final de 2010 – valorização de 12,6%.

Principais Indicadores Econômicos

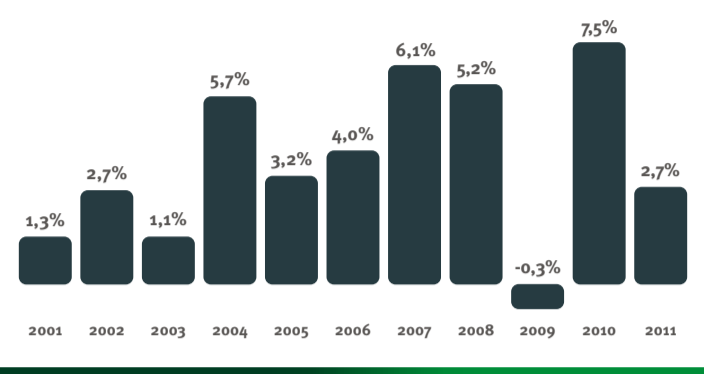
Indicador	2010	2011
Taxa Selic Meta - Final de ano (a.a.)	10,75%	11,00%
TJLP – Final de Ano (a.a.)	6,00%	6,00%
CDI Acumulado	9,75%	11,59%
Taxa de Câmbio (R\$ / US\$ final)	1,6662	1,8758
IPCA	5,91%	6,50%
IGP-M	11,32%	5,10%
Ibovespa (pontos/fechamento)	69.305 (+1,0%)	56.754 (-18,1%)
Balança comercial (US\$ bilhões)	20,1	29,8
PIB (variação)	7,5%	2,7%
Taxa média de desemprego (IBGE)	6,7%	6,0%

Evolução de Crédito no Brasil



Fonte: Banco Central do Brasil

Variação do PIB Real Brasileiro



Fonte: Banco Central do Brasil

Desempenho do Setor Financeiro

O mercado financeiro brasileiro apresentou ritmo de expansão menor do que em 2010, mas ainda manteve um bom desempenho em relação a anos anteriores. O destaque foram as operações de renda fixa, que encerraram 2011 com um estoque de R\$3,3 trilhões, ante R\$3,0 trilhões em 2010, crescimento de 10%. Houve relativo equilíbrio entre títulos públicos (54%) e privados (46%), de acordo com dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima). O maior avanço entre os títulos privados foi observado no estoque de Letras Financeiras, que atingiu R\$149 bilhões ao final de 2011, crescimento de 379% comparado a 2010. Este desempenho foi também influenciado pelo incentivo relativo ao recolhimento de depósito compulsório concedido pelo Banco Central. A criação deste instrumento ampliou as alternativas do segmento bancário para captação de recursos com prazos mais longos.

As captações realizadas pelas companhias brasileiras no mercado interno alcançaram R\$112,7 bilhões, um dos maiores volumes registrados nos últimos anos, com destaque para os títulos de renda fixa, que responderam por 83,2% das captações domésticas, totalizando R\$87,9 bilhões.

As Debêntures representaram 51,8% do total das captações via renda fixa, seguidas pelas Notas Promissórias com 19,2%, Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs) com 15,7% e Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), com 13,3%.

O mercado secundário de Debêntures, excluindo-se as emissões de *leasing*, apresentou forte aumento na quantidade de negócios (+ 76%). A ampliação do volume negociado em menor escala (mais 6%, para R\$17,5 bilhões) reflete a redução do *ticket* médio por negócio (menos 39%, para R\$1,32 milhão) e uma diversificação dos ativos negociados, que cria novas referências de negócios no segmento, segundo a Anbima.

Crédito

A evolução do crédito bancário foi outro indicativo da desaceleração do ritmo de crescimento econômico. O saldo total, incluindo recursos livres e direcionados, atingiu R\$2,030 bilhões, 19% acima de 2010, em comparação ao crescimento de 21% registrado nos 12 meses anteriores. Os empréstimos habitacionais (mais 44,5%) apresentaram a maior evolução, mas representaram apenas 4,8% do PIB, em comparação a 3,7% em 2010. Os empréstimos para as pessoas físicas registraram o pior desempenho apresentando retração durante o período (15,4%, em relação a 18,2% em 2010). Essa retração foi acompanhada pela elevação da taxa de inadimplência de pessoas físicas, em que os atrasos superiores a 90 dias passaram de 5,7% em dezembro de 2010 para 7,3% no final de 2011.

O comportamento teve forte influência das medidas de restrição de crédito, com impacto mais acentuado no mercado de veículos. O incremento de 7,9% no saldo desses financiamentos representou expressivo arrefecimento, ante a evolução de 18,20% verificada em 2010, de acordo com os dados do Banco Central. Para a Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras (Anef), isso significou que o mercado deixou de vender entre 200 mil e 300 mil veículos novos no ano. De acordo com a associação, as vendas à vista representaram 38% do total de negócios com veículos leves e comerciais leves; o CDC correspondeu a 50% dos negócios; o consórcio, a 7%; e o *leasing*, a 5%.

Análise dos Resultados Econômico-Financeiros

Receita Operacional

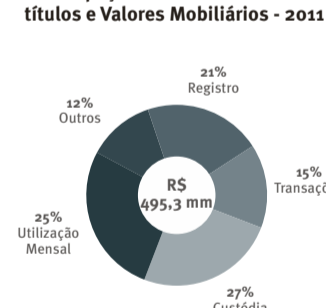
Em 2011, a Companhia atingiu um novo patamar de receita influenciada pelo bom desempenho da CETIP na função de provedora de infraestrutura para o mercado financeiro e dos benefícios oriundos da aquisição da GRV Solutions em dezembro de 2010. As receitas da Unidade de Títulos e Valores Mobiliários são derivadas da prestação de serviços de registro, depósito ou custódia, negociação e liquidação financeira para mais de 100 diferentes tipos de instrumentos financeiros de renda fixa e derivativos de balcão e da prestação dos serviços de processamento das transferências eletrônicas de fundos. Já a Unidade de Financiamentos contribui com a receita dos serviços de registro, venda de informações (*market data*) e desenvolvimento de soluções e serviços para o mercado de financiamento de veículos. A integração vertical do modelo de negócios, aliada à diversidade de ativos e contratos atendidos, além de uma gama de serviços prestados para o mercado financeiro nacional, proporciona uma geração de receitas diversificada e resiliente.

A receita operacional bruta da CETIP atingiu R\$844,4 milhões em 2011 e a receita operacional líquida R\$741,8 milhões. A Unidade de Títulos e Valores Mobiliários respondeu por 59% do total da receita operacional bruta e a Unidade de Financiamentos respondeu por 41%. A receita bruta da Unidade de Títulos e Valores Mobiliários totalizou R\$495,3 milhões em 2011, sendo composta: i) 27% pelas receitas de custódia; ii) 25% pela receita de utilização mensal; iii) 21% pelas receitas de registro; iv) 15% pelas receitas de transações; e v) 12% por outras receitas de serviços.

A receita operacional bruta da Unidade de Financiamentos totalizou R\$349,0 milhões em 2011, provenientes: i) 55% do registro de gravames (SNG); ii) 33% do registro de contratos de financiamento (Sircof); iii) 11% da venda de informações; e iv) 1% de outras receitas de serviços.

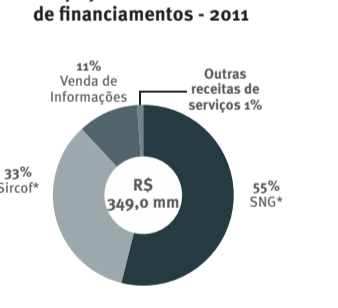
Nos gráficos abaixo apresentamos a composição da receita bruta pelas principais linhas de serviços:

Participação Receita - Unidade de Títulos e Valores Mobiliários - 2011



*SNG (Antigo SNG Veículos) e Sircof (antigo GRV Contratos)

Participação Receita - Unidade de Financiamentos - 2011



Unidade de Títulos e Valores Mobiliários

Receita de Registro – R\$104,7 milhões em função, principalmente, do aumento nas receitas provenientes do registro dos instrumentos de renda fixa destacando: (i) CDBs; ii) DIs; iii) instrumentos do mercado imobiliário; iv) outros instrumentos de renda fixa, que consideramos ativos como, Nota Comercial, CCB, CCE, NCE, entre outros; v) Letra Financeira; e vi) derivativos de balcão, com destaque para o registro de Swaps que representaram 57% da receita total de registro de derivativos de balcão. Vale ressaltar a receita proveniente de outros serviços de registro, com destaque para a taxa de pré-registro de Ofertas Públicas que representou 62% da receita total desta linha, ou R\$6,3 milhões.

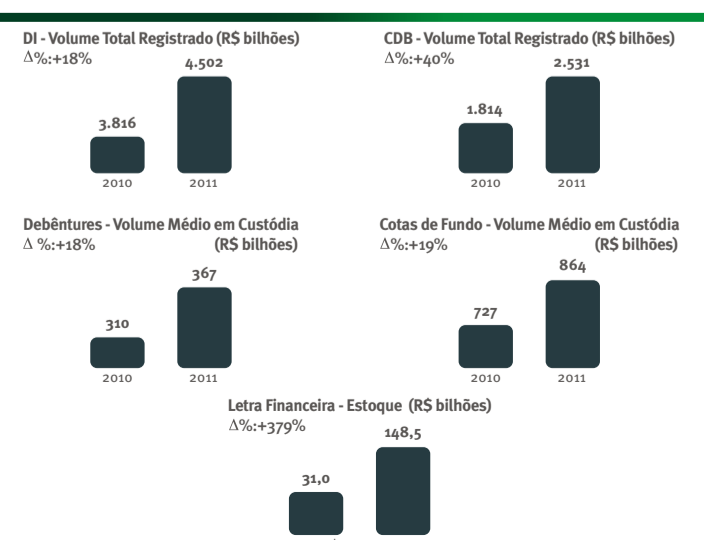
Receita de Custódia – R\$132,3 milhões, basicamente pelo avanço das receitas provenientes de: i) debêntures; ii) Letras Financeiras, cujo estoque depositado se aproximou de R\$150 bilhões ao final de 2011; iii) derivativos de balcão, notadamente as operações de termo e iv) cotas de fundos de investimento. A manutenção de comitentes representou uma receita adicional de R\$14,3 milhões e a taxa de permanência de derivativos R\$13,8 milhões.

Receita de Utilização Mensal – R\$126,1 milhões, principalmente em função do aumento de 11,2% na quantidade média de participantes, classificados principalmente nos segmentos 1 e 2, e da ampliação da margem média por participante.

Receita de Transações – R\$74,0 milhões influenciados pelo crescimento do volume de transações processadas que está basicamente relacionado ao crescimento da quantidade de ativos mantidos em custódia, e da ampliação da margem média por transação.

Outras Receitas de serviços – R\$58,2 milhões, dos quais: i) R\$29,7 milhões estão relacionados aos serviços prestados para a CIP, principalmente o processamento de pagamentos (TEDs); ii) R\$22,0 milhões derivam de operações finalizadas e iii) R\$6,5 milhões advindos de outros serviços prestados pela unidade de Títulos e Valores Mobiliários.

Abaixo alguns dados de desempenho histórico dos principais ativos relacionados à Unidade de Títulos e Valores Mobiliários.



*Considera o registro de Letras Financeiras a partir de março de 2010.

Unidade de Financiamentos

SNG – As receitas geradas pelo Sistema Nacional de Gravame, ou seja, o sistema eletrônico de processamento e custódia de garantias nas vendas de veículos sobre veículos totalizaram R\$191,6 milhões em 2011, reflexo do aumento nas vendas de veículos de aproximadamente 6% e da participação de operações de financiamento nas vendas.

Sircof – As receitas advindas do Sistema de Registro de Operações Financeiras, plataforma de custódia de informações relativas a contratos de financiamento de veículos, somaram R\$116,7 milhões, impulsionadas pelo aumento da participação no mercado de registro de contrato de financiamento de veículos e pelas mesmas razões que influenciaram o desempenho do SNG.

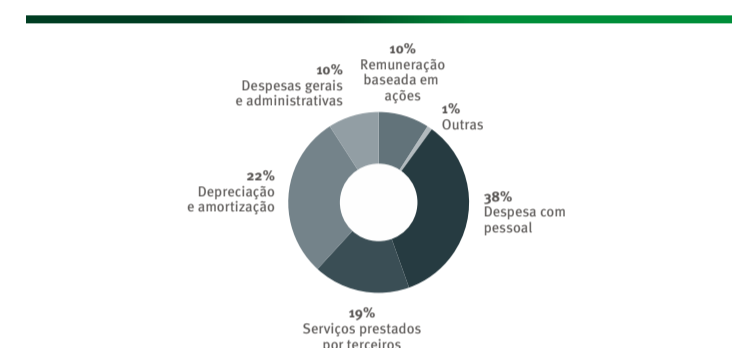
Venda de informações (market data) – As receitas originadas pela venda de informações relacionadas ao mercado de financiamento de veículos atingiram R\$38,0 milhões, contribuindo com 11% da receita bruta total da Unidade de Financiamentos.

Abaixo alguns dados de desempenho histórico relacionados à Unidade de Financiamentos:

(em milhões)	Acumulado	Variação (%)	
	2011	2010	2011/2010
SNG	174	16,5	5,6%
Quantidade de veículos vendidos			
Novos	5,8	5,4	5,6%
Usados	11,7	11,0	5,5%
Quantidade de veículos financiados	7,7	7,9	-2,2%
Novos	3,9	3,9	-1,7%
Usados	3,8	3,9	-2,7%
%Veículos financiados / Veículos vendidos	44%	48%	-4 p.p.
Sircof	2011	2010	2011/2010
Inclusão de Contratos (Unidade)	5,2	4,4	18,0%
% Inclusão de contratos / veículos financiados	68%	57%	11 p.p.

Despesas/Outras Receitas Operacionais

As despesas/outras receitas operacionais, em 2011, atingiram R\$289,5 milhões, compostas principalmente pelas (i) despesas com pessoal (R\$109,4 milhões - incluindo as despesas com honorários de conselheiros), representando 38% das despesas operacionais; (ii) serviços prestados por terceiros (R\$55,5 milhões), representando 19% do total e (iii) despesas gerais e administrativas (R\$27,5 milhões), representando 10% do total das despesas operacionais. A despesa de depreciação e amortização totalizou R\$65,0 milhões em decorrência principalmente da amortização dos ativos intangíveis (relações contratuais) registrados por conta da aquisição da GRV Solutions e a despesa com remuneração baseada em ações - R\$29,4 milhões no ano, sendo que em outubro de 2011 foi aprovado o Quinto Programa de Outorga de Opções (“Programa 2011 Complementar”).



Nota: Despesas com pessoal incluem despesas com honorários de conselheiros

Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa de imposto de renda e contribuição social totalizou R\$93,8 milhões em 2011, correspondendo a uma alíquota efetiva de 30%. A amortização fiscal do ágio por expectativa de rentabilidade futura oriundo da incorporação da Advent Depository e da GRV Solutions representou uma economia tributária (caixa) de R\$68,9 milhões em 2011.

Lucro Líquido e EBITDA

Em 2011, o lucro líquido da CETIP totalizou R\$220,5 milhões (lucro básico por ação¹ de R\$0,8758, e R\$0,8612 de lucro diluído por ação) e a margem líquida atingiu 29,7%, em função do bom desempenho operacional da Companhia ao longo de 2011.

A forte geração de receita da Companhia contribuiu positivamente para o avanço do EBITDA ajustado² que atingiu R\$546,8 milhões em 2011, com uma margem EBITDA ajustado de 73,7%.

¹ O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

² Os valores foram ajustados pelas despesas relacionadas à remuneração baseada em ações sem desembolso de caixa no montante de R\$29,4 milhões. O EBITDA não ajustado seria de R\$517,4 milhões em 2011.

EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com as demonstrações financeiras e observando as disposições do Ofício Circular CVM nº 01/2007. O EBITDA Ajustado não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A CETIP divulga EBITDA porque utiliza esse indicador para medir o seu desempenho.

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Ao longo do exercício de 2011, o Conselho de Administração da Companhia deliberou a distribuição de juros sobre o capital próprio a seis acionistas no montante bruto de R\$59,8 milhões, dos quais: i) R\$28,4 milhões (R\$0,113489 brutos por ação), referentes ao primeiro semestre de 2011, foram deliberados na RCA de 20/06/2011 e pagos em 08/07/2011; e ii) e R\$31,4 milhões (R\$0,12368 brutos por ação) referentes ao segundo semestre de 2011 foram deliberados na RCA de 19/12/2011 e pagos em 09/01/2012. Adicionalmente, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 07/03/2012, a distribuição adicional de R\$4,3 milhões (R\$0,01683 por ação) sob a forma de dividendos, a serem pagos em 25/04/2012. A distribuição total de dividendos e JCP proposta pela administração da CETIP para o exercício de 2011 totalizou R\$64,1 milhões, o que representa 29,1% do lucro líquido registrado no período. Vale ressaltar que, tendo em vista a existência de obrigações (*convertibles*) relacionadas à emissão de debêntures da Companhia, a distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio estava restrita a, no máximo, 30% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações para o exercício de 2011. A proposta de distribuição do resultado de 2011 será submetida a aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, que deverá ocorrer em abril de 2012.

Endividamento

Em 29 de dezembro de 2010 a CETIP concluiu o processo para aquisição de 100% do capital social da GRV pelo valor de R\$2 bilhões. Como resultado da aquisição a Companhia contraiu uma dívida de aproximadamente R\$1.455 milhões compostos da seguinte maneira: i) R\$900 milhões relativos a emissão de Debêntures, com prazo de 7 anos, carência de amortização de principal nos primeiros dois anos, vencendo-se em 2017 e remuneradas a CDI + 2% a.a. e ii) R\$555 milhões a serem pagos aos ex-acionistas da GRV em três prestações iguais, corrigidas por IGP-M + 2,0% a.a., vencidas em dezembro/2011, dezembro/2012 e maio/2013.

No encerramento do exercício social de 2011, a dívida bruta



CETIP S.A. - Mercados Organizados

CNPJ nº 09.358.105/0001-91

www.cetip.com.br



Relatório da Administração

Silag - Lançamento do primeiro produto desenvolvido em conjunto pelas duas unidades de negócios da CETIP

Em 21 de outubro de 2011 houve o lançamento oficial do Silag (Sistema de Liquidação Automática de Gravames) um serviço inédito, que conectará instituições financeiras e seguradoras. Trata-se de uma plataforma eletrônica que automatiza e proporciona mais agilidade e segurança aos processos de pagamento de indenização integral - conhecido também como perda total - a proprietários de carros financiados. Com ela, o tempo para pagamento ao cliente final (sinistrado) é reduzido à metade.

Amortização antecipada de debêntures

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de novembro foi aprovada a amortização antecipada de parcela das debêntures de emissão da Companhia no montante de R\$100 milhões, a ser liquidada no final do mês de novembro. Essa decisão reforça o indicativo do bom desempenho que vem sendo apresentado pela Companhia e resultado de sua elevada capacidade de geração de caixa.

Aprovação do Primeiro Programa de Recompensa de Ações de Emissão da Companhia

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de novembro foi aprovado o primeiro programa de recompensa de ações de emissão da Companhia com as seguintes características: i) Objetivo do programa: Maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; ii) Quantidade máxima de ações a serem adquiridas - Até 4 milhões de ações de emissão da Companhia, ou 1,58% do total de ações em circulação no mercado; iii) Prazo para realização das operações - Até 365 dias, encerrando-se em 8 de novembro de 2012.

Mercado de capitais

A CETIP continua captando os benefícios de sua abertura de capital e listagem de suas ações no Novo Mercado ocorrida em outubro de 2009. O seu compromisso com a transparência, a ética e o aprimoramento da governança corporativa associado ao desempenho da Companhia vem sendo reconhecidos pelo mercado, o que se reflete num aumento significativo da liquidez de suas ações. Ao longo de 2011, as ações da CETIP seguiram ampliando a sua liquidez e registraram volume financeiro médio/dia negociado de R\$25,6 milhões, 287,8% superior à média/dia de R\$6,6 milhões de 2010. O número de negócios da CETIP foi significativamente maior, passando de uma média diária de 362 para 1.647 negócios, um crescimento de 354,3%. Vale destacar que a CETIP também passou a integrar a carteira do índice MSCI - Morgan Stanley International na revisão ocorrida em fevereiro de 2011. O MSCI é considerada referência pelos investidores institucionais, ponderado pela capitalização de mercado ajustada pelo free-float de cada setor e país, é projetado para medir o desempenho das ações de diversos países e regiões do mundo. Por se tratar de um índice de abrangência global, a entrada no índice contribuiu para o aumento da liquidez das ações da CETIP, aumentando a visibilidade dos papéis junto aos analistas de mercado de capitais e investidores no Brasil e no exterior.

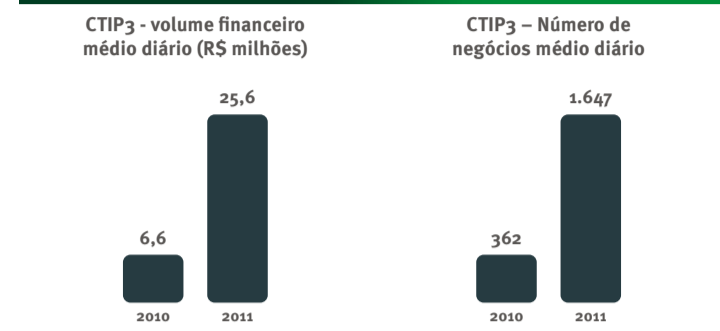
Em 2011 as ações da CETIP tiveram valorização de 14,3% ante um recuo de 18,1% no Índice Bovespa, em igual período, tendo encerrado o período cotadas a R\$26,95 ante R\$23,57 em dezembro de 2010. Além dos já mencionados, as ações da CETIP também integram os índices: Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG) e Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC).

Balancos Patrimoniais

Em milhares de reais

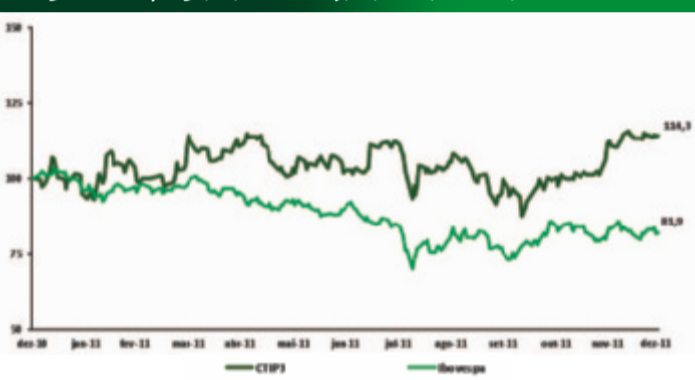
	Notas	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Ativo		323.377	248.030	347.928	251.598
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	200	667	213	853
Aplicações financeiras - livres e vinculadas	5	223.117	160.303	245.062	160.809
Contas a receber	6	74.607	67.089	77.187	69.895
Impostos e contribuições a compensar		19.684	5.896	19.684	5.896
Outros créditos		990	11.450	1.003	11.517
Despesas antecipadas	7	2.878	2.625	2.878	2.628
Ativos não circulantes mantidos para venda	8	1.901	-	1.901	-
Não circulante		2.262.167	2.321.703	2.238.754	2.319.425
Realizável a longo prazo		99.748	133.597	99.748	133.597
Aplicações financeiras - livres e vinculadas	5	44.052	58.644	44.052	58.644
Depósitos judiciais		84	72	84	72
Despesas antecipadas	7	4.518	975	4.518	975
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24a	50.473	73.360	50.473	73.360
Outros créditos		621	546	621	546
Investimentos		77.990	59.095	5.415	4.633
Investimento em coligada	10a	4.682	4.100	4.682	4.100
Investimento em controlada	10b	72.575	54.462	-	-
Outros investimentos		733	533	733	533
Intangível		12	2.047.674	2.084.941	2.096.798
Total do ativo		2.585.544	2.569.733	2.586.682	2.571.023

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Fonte: Bloomberg

CTIP3 vs. Ibovespa: 30/12/2010 até 29/12/2011 (Base 100)



Fonte: Bloomberg

Governança Corporativa

A CETIP está comprometida com os mais altos padrões de governança corporativa. Além de aderir às regras do Novo Mercado, tem como diretriz a observação de sólidas práticas de autorregulação, de acordo com as disposições da Instrução CVM nº 461, que disciplina o funcionamento dos mercados regulamentados de valores mobiliários.

As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a regras mais rígidas do que as presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a: (i) manter apenas ações ordinárias em seu capital social; (ii) manter, no mínimo, 25% de ações em circulação; (iii) detalhar e incluir informações adicionais nas informações trimestrais; e (iv) disponibilizar as demonstrações financeiras anuais no idioma inglês e com base em princípios de contabilidade internacionalmente aceitos. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contratos entre a companhia, seus administradores e acionistas controladores e a BM&FBOVESPA, além da adaptação do estatuto social da companhia às regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado

A Companhia aderiu à Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula estabelecida em seu Estatuto Social. Essa instância, instituída pela Bolsa de Valores, arbitra disputas e controvérsias que possam existir entre controladores das empresas listadas no Novo Mercado, acionistas em geral, administradores, membros do Conselho Fiscal e a própria Bolsa.

Relacionamento com Auditores Independentes

A política da Companhia é regida pelo princípio de independência dos auditores e restringe serviços a serem prestados pelas empresas contratadas com essa finalidade. Nesse sentido, no ano de 2011, a KPMG Auditores Independentes não realizou outros serviços não relacionados à auditoria para a Companhia, sendo assegurada a prestação desses serviços de forma objetiva e independente.

Declaração da Diretoria

Em conformidade com as disposições na Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que declara que discutiu, revisou e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

Agradecimentos

Expressamos nossos agradecimentos e reconhecimento aos nossos participantes, acionistas, parceiros, poder público e funcionários, pelo apoio e colaboração diária para a construção da CETIP, para o aperfeiçoamento de nossos objetivos e pela condução da busca constante da criação de valor.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2012

A Administração

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2011	CETIP 2010	Consolidado 2011
Receita líquida de serviços	19	712.362	290.944	741.842
(Despesas)/outras receitas operacionais		(285.028)	(154.686)	(289.453)
Despesas com pessoal		(106.824)	(62.193)	(107.995)
Remuneração baseada em ações sem desembolso de caixa		(29.415)	(8.792)	(29.415)
Depreciação e amortização	11 e 12	(62.057)	(6.812)	(65.003)
Serviços prestados por terceiros	20	(55.420)	(15.796)	(55.507)
Despesas gerais e administrativas	21	(27.341)	(12.134)	(27.510)
Despesas com aluguel de equipamentos e sistemas		(943)	(1.068)	(943)
Honorários de conselheiros		(1.383)	(1.451)	(1.383)
Impostos e taxas		(2.930)	(1.179)	(2.930)
Despesas com IPO, reestruturação e aquisição GRV	22	-	(46.116)	-
Outras despesas operacionais		(2.320)	(469)	(2.372)
Outras receitas operacionais		3.605	1.324	3.605
Resultado de equivalência patrimonial	10	22.951	609	585
Resultado financeiro	23	(139.681)	24.622	(138.658)
Receitas financeiras		39.529	26.047	40.562
Despesas financeiras		(179.210)	(1.425)	(179.220)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		310.604	161.489	314.316
Imposto de renda e contribuição social		(90.877)	(49.170)	(93.799)
Do exercício	24d	(14.001)	(45.614)	(17.713)
Diferidos	24d	(76.086)	(3.556)	(76.086)
Lucro líquido do período		220.517	112.319	220.517
Lucro por ação atribuível aos acionistas da CETIP (expresso em R\$)	18	0,8758	0,4990	0,8758
Lucro básico por ação		0,8612	0,4887	0,8612
Lucro diluído por ação		-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Notas	2011	CETIP 2010	Consolidado 2011
Saldos em 31 de dezembro de 2010		218.549	648.383	866.932
Resultado abrangente		112.319	112.319	230.851
Lucro líquido do período		-	-	-
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários		-	270	270
Total do resultado abrangente do período		-	270	270
Transações com acionistas e outras movimentações		112.319	112.319	230.851
Aumento de capital - capitalização de parcela da reserva especial de ágio, exercício de direitos de subscrição, subscrição de sobras rateadas e leilão de sobras não subscritas	17f	49.558	(13.372)	36.186
Ágio na subscrição de ações	17f	-	76	76
Aumento de capital - exercícios de opções de ações	26c	9.628	-	9.628
Apropriação - planos de opções de ações	26c	-	29.415	29.415
Destinações do lucro líquido do período		-	-	-
Juros sobre capital próprio	17e	-	-	(59.812)
Dividendos propostos	17e	-	-	(4.289)
Destinação para reserva	17e	-	-	(156.416)
Total das transações com acionistas e outras movimentações		59.186	16.119	75.305
Saldos em 31 de dezembro de 2011		277.735	664.502	942.237
Saldos em 31 de dezembro de 2009		204.315	102.829	307.144
Resultado abrangente		112.319	112.319	230.851
Lucro líquido do período		-	-	-
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários		-	688	688
Total do resultado abrangente do período		-	688	688
Transações com acionistas e outras movimentações		112.319	112.319	230.851
Aprovação/pagamento - dividendos adicionais propostos		-	-	(47.580)
Aumento de capital - capitalização de parcela da reserva especial de ágio, exercício de direitos de subscrição, subscrição de sobras rateadas e leilão de sobras não subscritas	17f	5.306	(2.229)	3.077
Aumento de capital - exercícios de opções de ações	26c	6.586	-	6.586
Aumento de capital - emissão de ações para aquisição GRV	9	2.342	538.991	541.333
Apropriação - planos de opções de ações	26c	-	8.792	8.792
Destinações do lucro líquido do período		-	-	-
Juros sobre capital próprio	17e	-	-	(19.333)
Dividendos propostos	17e	-	-	(11.285)
Destinação para reserva	17e	-	-	(80.254)
Total das transações com acionistas e outras movimentações		14.234	545.554	559.788
Saldos em 31 de dezembro de 2010		218.549	648.383	866.932

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Notas	2011	CETIP 2010	Consolidado 2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais		310.604	161.489	314.316
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		310.604	161.489	314.316
Ajustes		62.057	6.812	65.003
Depreciação e amortização		(933)	662	(933)
Resultado na alienação/baixa de ativos permanentes		(22.951)	(609)	(585)
Resultado de equivalência patrimonial		-	-	-
Remuneração baseada em ações sem desembolso de caixa		29.415	8.792	29.415
Juros sobre aplicações financeiras mantidas até o vencimento		(4.001)	(3.408)	(4.001)
Juros/prêmio sobre debêntures e parcelas a prazo		178.264	1.384	178.264
Juros sobre arrendamentos financeiros		736	-	736
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social ajustado		553.191	175.122	582.215
Variações nos ativos e passivos		(242.587)	(9.633)	(252.220)
Aplicações financeiras livres		(81.569)	27.033	(103.008)
Contas a receber		(7.518)	(15.215)	(7.792)
Impostos e contribuições a compensar		2.758	716	1.810
Outros créditos		7.079	105	7.133
Despesas antecipadas		(3.796)	1.013	(3.793)
Depósitos judiciais		(12)	6	(12)
Fornecedores		(4.271)	53	(4.259)
Obrigações trabalhistas e encargos		8.711	14.284	8.561
Tributos a recolher		(4.301)	1.535	(4.320)
Outras obrigações		633	43	624
Provisão gastos com aquisição GRV		(35.510)	35.510	(35.510)
Provisão para contingências e obrigações legais		130	(125)	130
Caixa proveniente das operações		435.525	240.080	442.279
Imposto de renda e contribuição social pagos		(38.944)	(50.302)	(41.694)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		396.581	189.778	400.585
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(37.588)	(8.550)	(46.138)
Vencimento de títulos mantidos até o vencimento		(8.001)	(8.550)	(8.001)
Aquisição de ativo imobilizado		(18.572)	(13.785)	(18.572)
Aquisição de ativos intangíveis		(200)	(150)	(200)
Aquisição de outros investimentos		-	(999.372)	-
Aquisição GRV, líquida do caixa adquirido		4.177	-	4.177
Dividendos recebidos de controlada		8.134	-	8.134
Recebimento pela venda de ativo imobilizado		-	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(23.296)	(1.021.857)	(19.119)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		(198.411)	(100.000)	(298.411)
Pagamento de parcelas a prazo (principal e juros)		(100.000)	-	(100.000)
Pagamento de principal de debêntures		(117.260)	-	(117.260)
Pagamento de juros e prêmio sobre debêntures		-	-	-
Pagamento de obrigações de arrendamentos financeiros		(3.624)	-	(3.624)
Recebimento por contratos de arrendamentos financeiros		2.839	-	2.839
Recebimento líquido por emissão de debêntures		-	891.812	-
Recebimento por exercício de direitos de subscrição e subscrição de sobras		35.513	2.942	35.513
Recebimento por leilão de sobras não subscritas		749	135	749
Recebimento por emissão de ações - exercícios de opções de ações		9.629	6.586	9.629
Juros brutos sobre o capital próprio pagos		(38.494)	(18.183)	(38.494)
Dividendos pagos		(11.285)	(50.780)	(11.285)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(420.344)	832.512	(420.344)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa no período		(467)	433	(640)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		667	234	853
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		4	667	213

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Em decorrência da incorporação da GRV pela CETIP, os acionistas da GRV receberam, em 29 de dezembro de 2010 (data de conclusão da operação), 23.485.202 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal de emissão da CETIP, sendo a referida relação de substituição, resultado de negociação entre a administração da Companhia e os acionistas da GRV, após considerarem estudos da Companhia e as opiniões dos seus assessores. Informações adicionais sobre a referida combinação de negócios estão incluídas na Nota 9.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 7 de março de 2012.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reservas de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros	Lucros/prejuízos acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010		218.549	648.383	(200)	2.048	80.254	-	949.034
Resultado abrangente		112.319	112.319	112.319	112.319	112.319	112.319	230.851
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários		-	-	270	-	-	-	270
Total do resultado abrangente do período		-	-	270	-	-	-	270
Transações com acionistas e outras movimentações		112.319	112.319	112.319	112.319	112.319	112.319	230.851
Aumento de capital - capitalização de parcela da reserva especial de ágio,								



CETIP S.A. - Mercados Organizados

CNPJ nº 09.358.105/0001-91

www.cetip.com.br



Notas Explicativas às Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico exceto pelos ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

b. Demonstrações financeiras consolidadas
As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos da CETIP e de sua subsidiária integral, GRV Info, entidade adquirida no contexto da aquisição da GRV.

Considerando que a aquisição ocorreu em 29 de dezembro de 2010, não foi registrado nenhum resultado gerado pela GRV e/ou pela controlada GRV Info na demonstração do resultado e do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Por essa razão, não estão sendo apresentadas demonstrações consolidadas do resultado, resultado abrangente e do valor adicionado para o exercício de 2010.

c. Demonstrações financeiras individuais
As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas e coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. No caso da Companhia, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, já que de acordo com o IFRS estes investimentos seriam avaliados pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado e o patrimônio líquido e resultado da Companhia em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras individuais da Companhia estão sendo apresentadas em um único conjunto de demonstrações financeiras.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

e. Apresentação de informação por segmentos
As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

f. Estimativas contábeis
A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com IFRS e CPCs requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e estimativas e premissas contábeis críticas que podem apresentar efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (i) Nota 9 – determinação do valor justo da contraprestação transferida e do valor justo dos ativos e passivos identificáveis adquiridos na combinação de negócios;
- (ii) Notas 11 e 12 – determinação da vida útil estimada dos itens do ativo imobilizado e ativo intangível;
- (iii) Nota 15 – determinação das provisões para contingências;
- (iv) Nota 26c – determinação do valor justo das opções de ações concedidas a funcionários e estimativa da quantidade de opções que atingirão o vesting.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação
(i) Combinações de negócios
A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, deduzindo o valor justo líquido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidas como despesas à medida que são incorridos.

(ii) Investimento em controladas
Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

(iii) Investimento em coligadas
As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do poder votante de outra entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. A participação nos lucros ou prejuízos das coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas é também reconhecida de maneira reflexa nas reservas da Companhia. As movimentações cumulativas são ajustadas contra o valor contábil do investimento.

As políticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(iv) Transações eliminadas na consolidação
Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Caixa e equivalentes de caixa
O saldo de caixa e equivalentes de caixa, para fins da demonstração dos fluxos de caixa, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo (até 3 meses a contar da data da contratação), de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

c. Instrumentos financeiros
i. Classificação e mensuração dos ativos financeiros
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e é determinada no reconhecimento inicial dos ativos financeiros.

ii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são (i) ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente ou (ii) ativos designados pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos mantidos para negociação são classificados como ativos circulantes independentemente de seu prazo contratual de vencimento. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

iii. Empréstimos e recebíveis
Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes, adiantamentos e demais créditos a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

iv. Ativos mantidos até o vencimento
São ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos reconhecidos na demonstração do resultado em "resultado financeiro", usando o método da taxa de juros efetiva.

v. Ativos financeiros disponíveis para venda
Os ativos financeiros disponíveis para venda são instrumentos não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado em "resultado financeiro". O ganho ou perda proveniente de alteração no valor justo é registrado no patrimônio líquido, na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", líquido dos efeitos tributários, sendo transferido para o resultado quando da sua liquidação ou quando ocorrer perda considerada permanente (impairment).

vi. Passivos financeiros não derivativos
A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes principais passivos financeiros não derivativos: empréstimos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

vii. Valor justo
Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de mercado. Caso existam ativos financeiros contabilizados ao valor justo para os quais não exista um mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação, tais como a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções.

viii. Redução do valor recuperável de ativos financeiros
A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor superior ao seu valor recuperável (impairment). Se houver alguma evidência de impairment para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa registrada no patrimônio líquido é transferida e reconhecida na demonstração do resultado.

d. Contas a receber e outros créditos
As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes e outros créditos são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos (impairment), quando aplicável. Na prática, considerando o curto prazo médio de recebimento (inferior a um mês) são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

A provisão para impairment é constituída quando existe uma evidência objetiva de perda no valor recuperável dos créditos como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo.

e. Despesas antecipadas
Representadas por contratos firmados entre fornecedores e a Companhia, decorrentes de diversas prestações de serviços pagas antecipadamente. As despesas são apropriadas para o resultado em função do prazo de cada contrato e à medida que os serviços são recebidos.

f. Depósitos judiciais
Os depósitos judiciais são apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia (Nota 15).

g. Ativos não circulantes mantidos para venda
Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda quando existe a expectativa de que seus valores serão recuperados primariamente através de transação de venda ao invés do uso contínuo. A Administração deve estar comprometida com a operação de venda e a expectativa de conclusão do plano de venda deve ser de até um ano a partir da data de classificação.

Imediatamente antes de serem classificados como ativos mantidos para venda, os ativos classificados como mantidos para venda, são mensurados conforme as políticas contábeis da Companhia. A partir de então, os ativos classificados como mantidos para venda, são medidos pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda.

Ativos imobilizados e os ativos intangíveis deixam de ser depreciados ou amortizados quando classificados como mantidos para venda.

h. Imobilizado
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo dos terrenos e edificações foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP antigo. Os demais itens do ativo imobilizado foram registrados pelo seu valor de custo histórico de acordo com o BR GAAP antigo.

Terrenos e edifícios compreendem os escritórios de São Paulo e do Rio de Janeiro e são demonstrados pelo valor reavaliado em 31 de dezembro de 2007, com base em avaliações efetuadas para a CETIP Associação por perito avaliador independente, deduzida a subsequente depreciação para edifícios. Conforme facultado pelo IFRS e CPCs, a Companhia adotou o valor residual reavaliado como custo atribuído (deemed cost) para as edificações e terrenos, mantendo assim a parcela relativa à reavaliação que será realizada mediante depreciação ou alienação dos bens reavaliados. A reserva de reavaliação correspondente foi capitalizada quando da incorporação do acervo líquido da CETIP Associação pela CETIP no contexto do processo de desmutualização.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota 11 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

As vidas úteis e os valores residuais dos itens do imobilizado são revisados ao final de cada exercício e ajustados caso seja necessário. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

i. Intangível
(i) Ágio
O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo Intangível".

O ágio não é amortizado, mas é testado anualmente para verificar perdas (impairment). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

(ii) Relações contratuais
As relações contratuais, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação contratual, pelas taxas descritas na Nota 12.

(iii) Licenças de softwares adquiridas
Licenças adquiridas de programas de computador são registradas pelo custo total de aquisição, ajustado, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 12.

(iv) Desenvolvimento de softwares
Os gastos diretamente associados ao desenvolvimento de softwares identificáveis, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e outras despesas diretamente relacionadas ao desenvolvimento do ativo.

Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 12.

As vidas úteis e os valores residuais dos ativos intangíveis são revisados ao final de cada exercício e ajustados caso seja necessário. Os demais gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

j. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros
Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização ou depreciação e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ao qual ele está relacionado ou para a qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

k. Fornecedores e outras contas a pagar
As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

l. Debêntures
As debêntures emitidas são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

m. Obrigações de arrendamentos financeiros
A Companhia possui certos bens do imobilizado que foram arrendados. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Os pagamentos mínimos do arrendamento mercantil são segregados entre encargo financeiro e redução do passivo em aberto. O encargo financeiro é apropriado a cada período durante o prazo do arrendamento mercantil de forma a produzir uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo. O imobilizado adquirido por meio de arrendamento financeiro é depreciado durante a vida útil do ativo.

n. Reconhecimento da receita
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

As receitas são reconhecidas no momento da realização das transações (a exemplo das receitas de registro, transações e inserção de gravames) ou da prestação do serviço (a exemplo das receitas de custódia e utilização mensal), de acordo com a competência.

o. Receitas e despesas financeiras
As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros sobre debêntures, arrendamentos financeiros e sobre as parcelas do preço de aquisição devidas aos ex-acionistas da GRV. Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método dos juros efetivos.

p. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio
A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é apenas destacado dentro do patrimônio líquido e somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

q. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25/IAS 37:

i. Ativos contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação e sobre os quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras;

ii. Passivos contingentes - São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que (i) a perda é avaliada como provável, o que ocasionaria a provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e (ii) quando os montantes envolvidos são mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras e os classificados como de perda remota não são provisionados nem divulgados (exceto feita a divulgação na Nota 15f que está sendo realizada em virtude da relevância dos valores envolvidos); e

iii. Obrigações legais - Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objetivo de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

r. Benefícios a funcionários
i. Obrigações de pensão
A Companhia efetua contribuições regulares a um plano de previdência complementar, que são reconhecidas como despesa no período em que são devidas por se tratarem de pagamentos a plano de contribuição definida.

ii. Participação nos lucros e bônus
O reconhecimento dessa participação é efetuado durante o exercício, desde que o valor possa ser mensurado de maneira confiável pela Companhia. Caso isso não ocorra, o reconhecimento dessa participação é realizado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor certamente pode ser mensurado de maneira confiável.

iii. Remuneração com base em ações
A Companhia oferece a empregados e executivos planos de remuneração com base em ações, liquidados em ações da Companhia, segundo os quais a Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido (vesting period). Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas de quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas

condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido, prospectivamente.

s. Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de (i) 15% acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 por ano para imposto de renda e (ii) 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos na medida em que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas é reconhecido quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que a contabilização não seja mais provável.

t. Ativos e passivos circulantes e não circulantes
A segregação entre circulante e não circulante é efetuada considerando o prazo de 12 meses a contar da data-base das demonstrações financeiras.

u. Lucro por ação
O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

v. Demonstrações de valor adicionado
A companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

w. Novas normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor
Diversas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas ainda não estão em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes a estes IFRSs, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor.

Não se espera que nenhuma destas novas normas possa ter um efeito material sobre as demonstrações financeiras da Companhia exceto pelo IFRS 9 Financial Instruments, que pode modificar a classificação e mensuração dos ativos financeiros mantidos pela Companhia. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação mandatória a partir de 1º de janeiro de 2015. A Companhia não espera adotar essa norma antecipadamente e o impacto total de sua adoção ainda não foi mensurado.

A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
O saldo de caixa e equivalentes de caixa está composto conforme demonstrado abaixo:

	CETIP		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Caixa	53	113	62	123
Depósitos bancários	87	529	91	705
Certificados de depósito bancário	60	25	60	25
	200	667	213	853

5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS
a. Classificação por natureza e categoria

	CETIP			
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Mensuradas ao valor justo por meio do resultado				
Fundos de investimento (a)			92.282	15.598
Certificados de depósito bancário			23	5.479
Letras Financeiras do Tesouro			28.614	66.500
Operações compromissadas			46.498	-
Disponíveis para venda				
Notas do Tesouro Nacional - Série F			59.759	95.416
Mantidas até o vencimento				
Aplicações financeiras vinculadas (b)				
Letras Financeiras do Tesouro			39.993	-
Letras do Tesouro Nacional			-	35.954
			267.169	218.947
			223.117	160.303
Realizável a longo prazo			44.052	58.644
				Consolidado
			31/12/11	31/12/10

Mensuradas ao valor justo por meio do resultado
Fundos de investimento (a) 114.226 15.598
Certificados de depósito bancário 24 5.985
Letras Financeiras do Tesouro 28.614 66.500
Operações compromissadas 46.498 -

Disponíveis para venda
Notas do Tesouro Nacional - Série F 59.759 95.416

Mantidas até o vencimento
Aplicações financeiras vinculadas (b)
Letras Financeiras do Tesouro 39.993 -
Letras do Tesouro Nacional - 35.954
267.169 218.947
223.117 160.303
44.052 58.644

Ativo circulante 245.062 160.809
Realizável a longo prazo 44.052 58.644

(a) Referem-se principalmente a investimentos em cotas dos fundos: Bradesco Fundo de Investimento Referenciado DI Premium administrado pelo Banco Bradesco S.A. e Alfa Private CETIP Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado administrado pelo Banco Alfa de Investimento S.A., cujas carteiras estão substancialmente compostas por aplicações em títulos públicos federais, aplicações em certificados de depósito bancário ("CDBs") e em Letras Financeiras (31 de dezembro de 2010 - carteira substancialmente composta por aplicações em títulos públicos federais e aplicações em cotas seniores de FIDCs).

(b) Aplicações financeiras mantidas em atendimento à Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, e à Circular nº 3.057, de 31 de agosto de 2001, do Banco Central do Brasil, que determinam que as câmaras e os prestadores de serviços de compensação e custódia devem manter uma reserva em títulos públicos federais, no valor mínimo de R\$10.000. Essas aplicações constituem o patrimônio especial da CETIP e estão registradas em conta vinculada no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

b. Custódia e valor justo
Os títulos públicos federais estão custodiados no SELIC e as cotas de fundos de investimento estão custodiadas pelo respectivo administrador.

O valor justo das cotas de fundos de investimento é determinado com base no valor da cota divulgada pelo respectivo administrador.

Para as operações compromissadas com taxas prefixadas, o valor justo é apurado através do fluxo de caixa descontado com base em taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado. Para as operações compromissadas pós-fixadas, os valores contábeis são considerados equivalentes ao seu valor justo.

O valor justo dos títulos públicos federais é determinado com base nos preços do mercado secundário divulgados pela ANBIMA ou, na ausência destes, por preços obtidos através de técnicas de avaliação que melhor reflitam seu valor de venda.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor justo dos ativos financeiros mantidos até o vencimento era de R\$39.985 (31 de dezembro de 2010 – R\$35.754).

6. CONTAS A RECEBER



CETIP S.A. - Mercados Organizados

CNPJ nº 09.358.105/0001-91

www.cetip.com.br



Notas Explicativas às Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA
Os ativos mantidos para venda totalizam R\$1.901 e estão compostos pelo imóvel da Companhia localizada na Rua Libero Badaró, nº 425 - 24º andar - São Paulo, SP e a respectiva fração do terreno. O imóvel foi colocado a venda como resultado da mudança da filial da Companhia para um novo endereço na cidade de São Paulo. A expectativa é que a venda seja concluída até junho de 2012. Não foi reconhecida nenhuma perda por redução ao valor recuperável na classificação inicial destes ativos como mantidos para venda tendo em vista que o valor justo dos ativos decrescido das despesas de venda é superior ao valor contábil dos mesmos.

9. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS
Em 29 de dezembro de 2010, a Companhia adquiriu 100% do capital social da GRV, principal provedor privado de informações de inserções e baixas de gravames, com sistema eletrônico integrado e de abrangência nacional, fornecedora de uma infraestrutura crítica ao mercado de financiamento de veículos. A aquisição permitiu a exploração de potenciais sinergias entre CETIP e GRV, além da criação de uma companhia com plataforma de negócios diversificada.

O ágio que surgiu da aquisição é atribuível à expectativa de rentabilidade futura e às sinergias comerciais esperadas da combinação das operações da CETIP e da GRV. O ágio dedutível para fins de imposto de renda apurado de acordo com as regras fiscais e regras contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2007 monta a aproximadamente R\$816.000.

A tabela a seguir resume o valor justo da contraprestação paga aos antigos acionistas da GRV e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição.

Table with 2 columns: Description and Value. Rows include Caixa, Instrumentos patrimoniais emitidos, Parcelas a prazo, Ajuste do preço de aquisição, Total da contraprestação, Custos relacionados com aquisição, Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, and Total de ativos líquidos identificáveis.

O valor justo das 23.485.202 ações ordinárias emitidas como parte da contraprestação paga aos antigos acionistas da GRV (RS541.334) baseou-se no preço da ação da CETIP no fechamento do pregão do dia 29 de dezembro de 2010.

O valor justo das parcelas a prazo no montante de R\$519.415 foi estimado aplicando-se o método do fluxo de caixa descontado. As estimativas de valor justo são baseadas nas taxas de mercado para o cupom de IGP-M calculadas com base nas cotações do mercado futuro divulgadas em 29 de dezembro de 2010.

O valor justo dos softwares, no montante de R\$9.699, foi calculado com base no método do custo de reposição. O valor justo das relações contratuais no montante de R\$928.488 foi estimado com base no método do fluxo de caixa descontado.

A redução de R\$1.574 nos valores provisórios dos ativos líquidos identificáveis reconhecidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 foi reconhecida por meio de aumento no ágio por rentabilidade futura (goodwill), como se a contabilização da combinação de negócios tivesse sido completada na data da aquisição.

Considerando que a aquisição ocorreu em 29 de dezembro de 2010, não foi registrado nenhum resultado gerado pela GRV e/ou pela controlada GRV Info na demonstração do resultado e do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Se a GRV e sua controlada GRV Info tivessem sido consolidadas a partir de 1º de janeiro de 2010, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida de aproximadamente R\$635.411 e um lucro líquido de aproximadamente R\$68.086.

O valor das receitas líquidas consolidadas a partir de 1º de janeiro de 2010, foi determinado com base no somatório das receitas líquidas de cada uma das companhias. Entretanto, para se determinar o valor do lucro líquido para o exercício de 2010, o simples somatório do lucro líquido de cada uma das companhias não é medida adequada, pois não captura alguns aspectos relevantes decorrentes da aquisição/incorporação. Desta forma, para se determinar o valor do lucro líquido consolidado foram considerados os seguintes principais aspectos:

(i) Aumento das despesas com depreciação e amortização no montante de R\$52.409. Esse acréscimo decorre da amortização dos ativos intangíveis (relações contratuais) registrados por ocasião da aquisição da GRV no montante de R\$930.150 amortizáveis a uma taxa média de 5,6% a.a.

(ii) Impacto no resultado financeiro decorrente dos juros sobre as debêntures e juros sobre as parcelas a prazo a serem pagas aos acionistas vendedores no montante de R\$190.863. Cabe destacar que estes efeitos foram calculados levando-se em consideração as taxas vigentes durante o exercício de 2010, como se a aquisição da GRV tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2010.

(iii) Para os dois impactos acima, é necessário também levar em consideração os efeitos tributários já que o aumento destas despesas provoca uma redução no lucro líquido tributável. O efeito tributário sobre os impactos apurados para o exercício de 2010 montou a R\$82.712.

(iv) Impacto na despesa de imposto de renda e contribuição social decorrente de benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio adicionais, no montante de R\$6.734. Com o aumento do patrimônio líquido

Table with 2 columns: Description and Value. Rows include Terrenos, Edificações, Máquinas e equipamentos, Equipamentos de informática, Sistemas e programas, Veículos, Outros, and Imobilizado em andamento.

Table with 2 columns: Description and Value. Rows include Ágio, Relações contratuais, Softwares e sistemas adquiridos, Softwares e sistemas desenvolvidos internamente, Softwares sistemas em desenvolvimento, and Outros.

Table with 2 columns: Description and Value. Rows include Ágio, Relações contratuais, Softwares e sistemas adquiridos, Softwares e sistemas desenvolvidos internamente, Softwares sistemas em desenvolvimento, and Outros.

Table with 2 columns: Description and Value. Rows include PIS e COFINS a recolher, ISS a recolher, Imposto de renda retido na fonte (IRRF), and Outros.

Table with 2 columns: Description and Value. Rows include PIS e COFINS a recolher, ISS a recolher, Imposto de renda retido na fonte (IRRF), and Outros.

e do lucro antes dos impostos, a Companhia teria capacidade de distribuir juros sobre o capital próprio em montante superior gerando benefício adicional de imposto de renda e contribuição social. Para se determinar o efeito deste benefício fiscal adicional considerou-se uma distribuição de juros sobre o capital próprio até o limite máximo permitido pela legislação vigente. Tal distribuição representou uma taxa de payout de aproximadamente 57% sobre o lucro líquido do exercício de 2010, ignorando-se para estes fins a existência de eventuais restrições sobre a taxa de payout.

Teste do ágio para verificação de impairment
Para fins de teste de impairment, o ágio no montante de R\$1.171.815 foi alocado ao segmento de financiamentos (Unidade Geradora de Caixa - UGC) que reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins interno.

O valor recuperável desta UGC foi baseado no seu valor em uso determinado pelo método do fluxo de caixa descontado. Esses cálculos utilizaram projeções de fluxo de caixa nominais, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas no orçamento financeiro aprovado para o exercício de 2012 e projeções da administração para os quatro anos seguintes. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2011 foram as seguintes:

Table with 2 columns: Description and Value. Rows include Taxa de crescimento anual composta do EBITDA, Taxa de crescimento na perpetuidade, Taxa de desconto, Taxa de desconto do segmento de financiamentos, Taxa de crescimento na perpetuidade, and Taxa de desconto.

10. INVESTIMENTO EM CONTROLADAS E COLIGADAS

Table with 2 columns: Description and Value. Rows include GRV Info Tecnologia S.A., Milhares de ações ordinárias possuídas pela Companhia, Participação da Companhia no capital social integralizado e votante, and GRV Info.

RTM - Rede de Telecomunicações para o Mercado Ltda.

Table with 2 columns: Description and Value. Rows include Ativos totais, Passivos totais, Receitas líquidas (a), Lucro do período (a), Milhares de cotas possuídas pela Companhia, Participação da Companhia no capital social integralizado e votante, and Patrimônio líquido ajustado (b).

Investimento em coligada

Table with 2 columns: Description and Value. Rows include Receitas e lucro para o período de 1º de dezembro de 2010 a 30 de novembro de 2011 e de 1º de dezembro de 2009 a 30 de novembro de 2010, and Patrimônio líquido ajustado em 30 de novembro de 2011 e 30 de novembro de 2010.

A RTM é uma rede privada de comunicação criada especialmente para o setor financeiro, conectando cerca de 500 instituições e 36 provedores de informações/serviços em um único ambiente operacional. A RTM gerencia serviços de dados, voz e imagem e desenvolve soluções específicas para usuários do setor financeiro.

Table with 2 columns: Description and Value. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2010, Equivalência patrimonial, and Saldo em 31 de dezembro de 2011.

Table with 2 columns: Description and Value. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2010, Equivalência patrimonial, and Saldo em 31 de dezembro de 2011.

Table with 2 columns: Description and Value. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2010, Equivalência patrimonial, and Saldo em 31 de dezembro de 2011.

Table with 2 columns: Description and Value. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2010, Equivalência patrimonial, and Saldo em 31 de dezembro de 2011.

Table with 2 columns: Description and Value. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2010, Equivalência patrimonial, and Saldo em 31 de dezembro de 2011.

Table with 2 columns: Description and Value. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2010, Equivalência patrimonial, and Saldo em 31 de dezembro de 2011.

a. Ativos contingentes
A Companhia não possui nenhum ativo contingente reconhecido em seu balanço, assim como não possui, no momento, processos judiciais que gerem expectativa de ganhos futuros com probabilidade de êxito provável ou praticamente certa.

b. Contingências passivas
A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, no caso das ações trabalhistas, considerando também o histórico de perdas e quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as eventuais perdas relativas a esses processos.

As provisões relativas aos processos em que as expectativas de perda são consideradas prováveis compõem-se principalmente da seguinte forma:

i. Contingências trabalhistas - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago nas rescisões contratuais.

ii. Honorários advocatícios - provisão para cobrir os custos com honorários advocatícios principalmente relacionados ao processo de ISS descrito no item f. abaixo.

c. Obrigações legais
Representadas por processos movidos pela CETIP Associação onde é questionada judicialmente a incidência de determinados tributos. O quadro abaixo demonstra os valores das obrigações legais que estão sendo apresentadas deduzidas dos respectivos valores depositados em juízo.

Table with 4 columns: Description, 31/12/11, 31/12/10, and Total. Rows include COFINS sobre faturamento, Depósitos judiciais, COFINS sobre outras receitas, and Depósitos judiciais.

i. Ação movida em agosto de 2004 contra a União Federal pleiteando o enquadramento das receitas operacionais da CETIP Associação no inciso X do artigo 14 da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, reconhecendo-se, dessa forma, a sua isenção da COFINS. A COFINS sobre o faturamento passou a ser recolhida normalmente a partir de julho de 2008, após a desmutualização da CETIP Associação.

ii. Ação movida em novembro de 2005 contra a União Federal pleiteando a isenção da COFINS sobre outras receitas (principalmente receitas financeiras). Quando do julgamento dos Recursos Extraordinários nos 346084, 357950, 358273 e 390840 o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional o § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Os depósitos deixaram de ser efetuados a partir de agosto de 2008, após a desmutualização da CETIP Associação.

iii. Ações movidas pleiteando a não-incidência do ISS sobre as receitas de prestação de serviços de custódia, registro de títulos e outros serviços por não constarem na lista de serviços anexa ao Decreto-lei nº 406/68. Os montantes devidos a título de ISS, objeto destas ações, são depositados judicialmente com base em liminares concedidas.

d. Movimentação dos saldos

Table with 5 columns: Description, 31/12/11, 31/12/10, Total, and Total. Rows include Saldos em 31/12/2010, Adições / (reversões), Depósitos judiciais, and Saldos em 31/12/2011.

e. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço
A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída.

Os principais processos onde os riscos de perda foram avaliados como possíveis estão representados por:

i. Processos relacionados a cancelamento de cotas - a CETIP, como sucessora da CETIP Associação, está sendo questionada judicialmente em função do cancelamento de cotas de alguns participantes. Apesar da opinião dos advogados externos que consideram boas as chances de êxito nessas questões, a Administração decidiu por entrar em acordo com estes ex-cotistas durante o exercício de 2009, tendo sucesso na maioria dos casos. Em 31 de dezembro de 2011, existem aproximadamente 28 processos para os quais não foi possível resolução através de acordo, com valor em risco estimado em aproximadamente R\$15.092 e cujas chances de perda são consideradas possíveis.

ii. Autuações da Receita Federal do Brasil, lavradas em 13 de julho de 2009 e em 18 de agosto de 2010, contra a CETIP Associação relativas ao recolhimento da diferença com multa e juros da COFINS entre os regimes Cumulativo (3%) e Não Cumulativo (7,6% menos créditos) no período de 1º de agosto de 2004 a 30 de junho de 2008, cujos valores atualizados em 31 de dezembro de 2011 totalizam R\$28.320. Estes autos estão diretamente ligados ao processo detalhado no item c. i. acima, no qual é pleiteada a isenção total do tributo. Os autos de infração resultante do mandado de procedimento fiscal foram impugnados administrativamente. Foi proferida sentença em 1º grau reconhecendo a CETIP Associação como isenta da COFINS sobre as receitas próprias. Em novembro de 2010, a Companhia tomou conhecimento que o recurso de apelação interposto pela União Federal havia sido julgado e negado, sendo mantida a sentença de 1º grau.

f. Perdas remotas
Em 12 de dezembro de 2003, a Secretaria Municipal de Fazenda da cidade de São Paulo efetuou diversas autuações contra a CETIP Associação, requerendo o recolhimento de ISS no montante de R\$9.702 naquele Município. Em 31 de dezembro de 2011, o valor atualizado dessas autuações era de R\$50.222. Baseada no fato de que a sede da Companhia é no Rio de Janeiro, onde todos os serviços são prestados aos participantes e o ISS apurado e recolhido e, que são mantidas apenas áreas de apoio no município de São Paulo, bem como a opinião dos assessores jurídicos da CETIP, a Administração entende que a probabilidade de perda nessa questão é remota e por isso nenhuma provisão para perdas foi consignada nestas demonstrações financeiras. Em 15 de dezembro de 2011, foi proferida sentença em 1º grau julgando procedente a ação anulatória impetrada pela CETIP Associação e determinando que todos os autos de infração fossem cancelados.

16. DEBÊNTURES E OBRIGAÇÕES DE ARRENDAMENTOS FINANCEIROS

Table with 3 columns: Description, CETIP e Consolidado, and 31/12/11, 31/12/10. Rows include Circulante and Não circulante.

a. Debêntures
A CETIP financiou o pagamento de uma parte do preço de aquisição da GRV, correspondente a R\$900.000 mediante a distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da 1ª emissão da CETIP ("Debêntures"). Os recursos obtidos com a emissão foram destinados para o pagamento de parte do preço de aquisição da GRV. As Debêntures tem prazo de 7 anos, com carência de amortização de principal nos primeiros dois anos, vencendo-se em 2017, e fazem jus a uma remuneração equivalente a variação acumulada da Taxa DI, acrescida de 2,0% ao ano.

A escritura de emissão estabelece algumas condições que, em caso de descumprimento, podem acarretar no vencimento antecipado das debêntures. Dentre elas, destacam-se as seguintes:

(a) restrição na distribuição de dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio em valor superior (i) a 30% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações para o exercício de 2011 e (ii) 50% do lucro líquido ajustado para o exercício de 2012. Para os exercícios subsequentes não há restrições na distribuição aos acionistas desde que sejam respeitados determinados índices de alavancagem financeira;

(b) manutenção de índice financeiro de alavancagem máxima (quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA), apurado trimestralmente, igual ou inferior a 4,50 nos primeiros trimestres reduzindo-se gradualmente até 2,50 a partir de 2013;

(c) manutenção de índice de cobertura do serviço da dívida, apurado trimestralmente, igual ou superior a 1,20 para 2011 e 1,40 a partir de 2012.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de novembro de 2011, foi aprovada a amortização parcial e antecipada das debêntures de série única da primeira emissão da Companhia no montante de R\$100 milhões, acrescido de prêmio de 0,50%, incidente sobre o valor da referida amortização. O pagamento aos debenturistas foi realizado em 07 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia estava em dia com o cumprimento das condições estabelecidas na escritura de emissão. Considerando que as debêntures são indexadas a taxa variável, seu valor justo em 31 de dezembro de 2011 aproxima-se do valor contábil registrado no balanço patrimonial.

b. Obrigações de arrendamentos financeiros

Table with 4 columns: Description, CETIP e Consolidado, 31/12/11, 31/12/10. Rows include Obrigações brutas de arrendamentos financeiros, Menos de um ano, and Mais de um ano e menos de cinco anos.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social
Em 31 de dezembro de 2011 o capital social era composto por 253.992.109 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (31 de dezembro de 2010 - 249.775.847 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal). Em 31 de dezembro de 2011 existiam 8 ações ordinárias em tesouraria (31 de dezembro de 2010 - 8 ações ordinárias em tesouraria). A CETIP está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 300.000.000 (trezentos milhões) de ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração.

b. Reservas de capital
Compostas principalmente (i) pela parcela adicional do acervo líquido da CETIP Associação incorporada pela CETIP, (ii) reserva resultante da apropriação de despesas relativas aos planos de opções de ações da Companhia (Nota 26c); (iii) reserva especial de ágio resultante da incorporação da Advent Depository e (iv) reserva de capital resultante da emissão de ações em favor dos antigos acionistas da GRV (Nota 9).

c. Reserva legal
A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social, de acordo com o disposto na legislação societária. A critério da Companhia, a reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.



CETIP S.A. - Mercados Organizados

CNPJ nº 09.358.105/0001-91

www.cetip.com.br



Notas Explicativas às Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d. Reserva estatutária
Conforme disposição estatutária, a totalidade do lucro líquido remanescente após (i) a destinação para constituição da reserva legal e (ii) a destinação para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, será alocada para a constituição de reserva estatutária que poderá ser utilizada para investimentos e para compor fundos e mecanismos necessários para o adequado desenvolvimento das atividades da Companhia. O valor total destinado à reserva estatutária não poderá ultrapassar o capital social da Companhia. Caso o Conselho de Administração considere o montante da reserva estatutária suficiente para o atendimento de suas finalidades, poderá propor à Assembleia Geral que: (i) seja destinado à formação da referida reserva, em determinado exercício social, percentual do lucro líquido inferior ao estabelecido no estatuto; e/ou (ii) propor que parte dos valores integrantes da referida reserva seja revertido para a distribuição aos acionistas da Companhia.

e. Dividendos e juros sobre capital próprio
Conforme disposição estatutária, aos acionistas são assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação societária.

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Administração da Companhia aprovou, durante os exercícios de 2011 e 2010, distribuições a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio de R\$59.812 (2010 - R\$19.333) foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto, uma vez que os benefícios fiscais por ele gerados são mantidos no resultado do exercício.

	Valor Bruto
2010	
JCP pagos	
JCP - RCA 18/06/10 - R\$0,04120 brutos por ação pagos em 12/07/10	9.237
Dividendos e JCP propostos	
JCP - RCA 20/12/10 - R\$0,04461 brutos por ação pagos em 10/01/11	10.096
Dividendos - RCA 29/03/11 - R\$0,01683 por ação pagos em 11/05/11	11.285
Total relativo ao exercício de 2010	30.618
2011	
JCP pagos	
JCP - RCA 20/06/11 - R\$0,113489 brutos por ação pagos em 08/07/11	28.398
Dividendos e JCP propostos	
JCP - RCA 19/12/11 - R\$0,12368 brutos por ação pagos em 09/01/12	31.414
Dividendos - RCA 07/03/12 - R\$0,01683 por ação a serem pagos em 25/04/12	4.289
Total relativo ao exercício de 2011	64.101

Os dividendos que ultrapassam o mínimo obrigatório somente são reconhecidos no passivo na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral, conforme determinação do CPC 24 - *Eventos subsequentes e ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos*. Até a data de aprovação em Assembleia Geral, os dividendos adicionais ao mínimo obrigatório são apenas destacados no patrimônio líquido.

A proposta de destinação do resultado e dividendos, relativa ao exercício de 2011, consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da Lei das Sociedades por Ações, é assim demonstrada:

	2011
Proposta de destinação do resultado	
Lucro líquido do exercício	220.517
Constituição de reserva legal	(*)
Base de cálculo dos dividendos e saldo a destinar	220.517
Dividendos e juros sobre o capital próprio brutos	(64.101)
Constituição de reserva estatutária	(156.416)
Saldo a destinar	-

	2011
Proposta de dividendos	
Juros líquidos sobre capital próprio imputados aos dividendos	50.840
Dividendos propostos	4.289
Total líquido a ser distribuído	55.129
Porcentagem sobre a base de cálculo dos dividendos	25,00%
Total bruto a ser distribuído	64.101
Porcentagem sobre a base de cálculo dos dividendos	29,07%

(*) *Constituição de reserva legal não requerida considerando que seu saldo acrescido do montante das reservas de capital ultrapassa 30% do capital social.*

f. Capitalização de parcela da reserva especial de ágio e emissão de direitos de subscrição
Conforme estabelecido no Protocolo e Justificativa de Incorporação da *Advent Depository*, após o término de cada exercício fiscal, 30% do benefício fiscal auferido em decorrência da amortização fiscal do ágio no respectivo período serão capitalizados em benefício da *Advent Securities*, sem prejuízo do direito de preferência assegurado aos demais acionistas da Companhia na subscrição do aumento de capital resultante de tal capitalização. O saldo de 70% será capitalizado sem a emissão de novas ações, beneficiando a todos os acionistas.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de julho de 2011, foi homologado e ratificado o aumento de capital discutido e autorizado na reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de maio de 2011, da seguinte forma:

- R\$4.012, através de capitalização de parcela da reserva especial do ágio nos termos da Instrução CVM 319/99, com a emissão de 183.975 ações ordinárias em favor da *Advent Securities*;
- R\$9.361, através de capitalização de parcela da reserva especial do ágio nos termos da Instrução CVM 319/99, sem a emissão de novas ações (valor correspondente a 70% do benefício fiscal auferido no exercício de 2010);
- R\$35.513 com a emissão de 1.628.282 ações ordinárias decorrente do exercício de direitos de subscrição e subscrição de sobras rateadas entre os demais acionistas da Companhia;
- R\$672 com a emissão de 30.834 ações ordinárias decorrente do leilão das sobras não subscritas, realizado em Bolsa. O valor adicional obtido pela Companhia no leilão de sobras, que totaliza R\$76 e que ultrapassa a parte do preço de emissão das ações destinadas à formação do capital social, foi destinado à reserva de capital, em conta de ágio na subscrição de ações.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de julho de 2010, foi homologado e ratificado o aumento de capital discutido e aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de maio de 2010 da seguinte forma:

- R\$669, através de capitalização de parcela da reserva especial do ágio nos termos da Instrução CVM 319/99, com a emissão de 51.711 ações ordinárias em favor da *Advent Securities*;
- R\$1.560, através de capitalização de parcela da reserva especial do ágio nos termos da Instrução CVM 319/99, sem a emissão de novas ações (valor correspondente a 70% do benefício fiscal auferido no exercício de 2010);
- R\$2.942 com a emissão de 227.565 ações ordinárias decorrente do exercício de direitos de subscrição e subscrição de sobras rateadas entre os demais acionistas da Companhia;
- R\$135 com a emissão de 9.728 ações ordinárias decorrente do leilão das sobras não subscritas, realizado em Bolsa.

g. Programa de recompra de ações

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de novembro de 2011, foi aprovado o Primeiro Programa de Recompra de Ações de emissão da Companhia com as seguintes características:

- Objetivo do programa: Maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital;
 - Quantidade máxima de ações a serem adquiridas: até 4 milhões de ações de emissão da Companhia, ou 1,58% do total de ações em circulação no mercado de acordo com a definição dada pelo artigo 3º, III da Instrução CVM nº 361/03 e artigo 4º-A, § 2º da Lei 6.404/76 e alterações posteriores;
 - Prazo para realização das operações: até 365 dias, encerrando-se em 8 de novembro de 2012;
 - As ações adquiridas no âmbito do Primeiro Programa de Recompra poderão ser canceladas, mantidas em tesouraria ou alienadas, inclusive para atendimento ao exercício de opções outorgadas no âmbito dos Planos de Opções de Compra de Ações da Companhia.
- Até 31 de dezembro de 2011, nenhuma ação de emissão da Companhia havia sido adquirida no âmbito do referido programa.

18. LUCRO POR AÇÃO

a. Lucro básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias em tesouraria.

	2011	2010
Numerador		
Lucro líquido	220.517	112.319
Denominador		
Média ponderada de ações em circulação (em milhares)	251.782	225.075
Lucro por ação diluído (em R\$)	0,8758	0,4990

b. Lucro diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. A sociedade tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais diluidoras que são as opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	2011	2010
Numerador		
Lucro líquido	220.517	112.319
Denominador		
Média ponderada de ações em circulação ajustada pelos efeitos dos planos de opções de ações (em milhares)	256.048	229.831
Lucro por ação diluído (em R\$)	0,8612	0,4887

19. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS

	CETIP	
	2011	2010
Receita bruta de serviços	813.366	337.658
Segmento de títulos e valores mobiliários	495.349	337.658
Registro	104.706	81.394
Custódia	132.335	74.501
Utilização mensal	126.080	86.067
Transações	74.046	46.356
Outras receitas de serviços	58.182	49.340
Segmento de financiamentos	318.017	-
SNG	191.586	-
Sircof	116.703	-
Venda de informações	7.053	-
Outras receitas de serviços	2.675	-
Deduções	(101.004)	(46.714)
Impostos incidentes sobre serviços prestados	(82.299)	(46.473)
Outras deduções	(18.705)	(241)
Receita líquida de serviços	712.362	290.944

	CETIP	
	2011	2010
Receita bruta de serviços	813.366	337.658
Segmento de títulos e valores mobiliários	495.349	337.658
Registro	104.706	81.394
Custódia	132.335	74.501
Utilização mensal	126.080	86.067
Transações	74.046	46.356
Outras receitas de serviços	58.182	49.340
Segmento de financiamentos	318.017	-
SNG	191.586	-
Sircof	116.703	-
Venda de informações	7.053	-
Outras receitas de serviços	2.799	-
Deduções	(102.554)	(46.714)
Impostos incidentes sobre serviços prestados	(83.720)	(46.473)
Outras deduções	(18.834)	(241)
Receita líquida de serviços	712.362	290.944

Outras receitas de serviços do segmento de títulos e valores mobiliários são representadas principalmente por serviços de processamento de transferências financeiras interbancárias no montante de R\$31.349 (2010 - R\$28.292).

Outras deduções estão representadas principalmente por descontos comerciais concedidos.

20. SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS

	CETIP	
	2011	2010
Honorários de auditores, consultores e advogados	9.282	4.672
Suporte e manutenção de sistemas	7.449	6.624
Conservação e limpeza das instalações	1.006	855
Manutenção de máquinas e equipamentos	2.699	565
Custos FENASEG	27.702	-
Outros serviços	7.282	3.080
Total	55.420	15.796

	CETIP	
	2011	2010
Honorários de auditores, consultores e advogados	9.288	4.672
Suporte e manutenção de sistemas	7.519	6.624
Conservação e limpeza das instalações	1.006	855
Manutenção de máquinas e equipamentos	2.699	565
Custos FENASEG	27.702	-
Outros serviços	7.293	3.080
Total	55.507	15.796

21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	CETIP	
	2011	2010
Aluguel de imóveis	4.230	1.574
Contribuições associativas	1.327	1.254
Viagens e estadias	3.424	1.661
Telecomunicações	6.084	1.630
Condomínio	1.658	1.196
Energia elétrica	1.011	878
Eventos	4.733	1.153
Material de consumo	481	387
Despesas administrativas - Previma	265	339
Seguros	505	293
Doações	563	698
Despesas com correio e remessa de documentos	447	265
Despesas legais	666	259
Publicações	433	30
Outras despesas	1.514	517
Total	27.341	12.134

	CETIP	
	2011	2010
Aluguel de imóveis	4.331	1.574
Contribuições associativas	1.327	1.254
Viagens e estadias	3.453	1.661
Telecomunicações	6.084	1.630
Condomínio	1.665	1.196
Energia elétrica	1.011	878
Eventos	4.733	1.153
Material de consumo	481	387
Despesas administrativas - Previma	265	339
Seguros	505	293
Doações	563	698
Despesas com correio e remessa de documentos	447	265
Despesas legais	666	259
Publicações	433	30
Outras despesas	1.546	517
Total	27.510	12.134

22. DESPESAS COM IPO, REESTRUTURAÇÃO E AQUISIÇÃO GRV

	CETIP	
	2011	2010
IPO	-	2.850
Reestruturação	-	7.884
Aquisição GRV	-	35.382
Total	-	46.116

23. RESULTADO FINANCEIRO

	CETIP	
	2011	2010
Receitas financeiras	39.529	26.047
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda e mantidos até o vencimento	10.292	16.561
Varição no valor justo de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	28.545	9.332
Outras receitas financeiras	692	154
Despesas financeiras	(179.210)	(1.425)
Juros/prêmio sobre debêntures e parcelas a prazo	(178.299)	(1.384)
Juros sobre arrendamentos financeiros	(740)	-
Outras despesas financeiras	(171)	(41)
Resultado financeiro	139.681	24.622

	CETIP	
	2011	2010
Receitas financeiras	40.562	26.047
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda e mantidos até o vencimento	11.325	16.561
Varição no valor justo de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	28.545	9.332
Outras receitas financeiras	692	154
Despesas financeiras	(179.220)	(1.425)
Juros/prêmio sobre debêntures e parcelas a prazo	(178.299)	(1.384)
Juros sobre arrendamentos financeiros	(740)	-
Outras despesas financeiras	(181)	(41)
Resultado financeiro	138.581	24.622

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	CETIP e Consolidado	
	2011	2010
Ativo de imposto diferido	-	-
Provisão gastos com aquisição GRV	-	8.719
Prejuízo fiscal e base negativa	-	4.676
Pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica	8.459	4.102
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	103
Ágio - expectativa de rentabilidade futura	41.676	55.049
Outras diferenças temporárias	338	711
Total do ativo de imposto diferido	50.473	73.360
Passivo de imposto diferido	(1.986)	(2.941)
Reavaliação de imobilizado	(2.435)	(1.342)
Revisão de vidas úteis	(3.406)	(1.384)
Pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica	(2.316)	(2.720)
Custos de transação - debêntures	(66.632)	(70.722)
Combinação de negócios	(55.812)	-
Ágio - expectativa de rentabilidade futura	(36)	(304)
Outras diferenças temporárias	(36)	(304)
Total do passivo de imposto diferido	(132.623)	(79.413)

b. Movimentação de saldos

	CETIP e Consolidado	
	Diferido ativo	Diferido passivo
Em 31 de dezembro de 2010	73.360	(79.413)
(Debitado) creditado à demonstração do resultado	(22.748)	(53.338)
(Debitado) creditado a outros resultados abrangentes	(139)	-
Ajustes combinação de negócios	-	128
Em 31 de dezembro de 2011	50.473	(132.623)

c. Período estimado de realização

Os valores dos ativos diferidos apresentam as seguintes expectativas de realização: em até 1 ano - R\$13.685, de 1 a 2 anos - R\$13.391, de 2 a 3 anos - R\$11.311, de 3 a 4 anos - R\$763, de 4 a 5 anos - R\$3.369 e de 5 a 8 anos - R\$7.954. O valor presente do ativo de imposto diferido monta a aproximadamente R\$40.410 em 31 de dezembro de 2011. A realização dos passivos fiscais diferidos relativos à combinação de negócios e ao ágio por expectativa de rentabilidade futura ocorrerá à medida que a diferença entre a base fiscal do ágio e seu valor contábil por revertida, isto é, quando o valor contábil do ativo for reduzido ou liquidado. Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos

fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

d. Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	CETIP	
	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	310.604	161.489
Imposto de renda e contribuição social - alíquota nominal	34,0%	34,0%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(105.606)	(54.906)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva	8.803	207
Equivalência patrimonial	2.249	2.219
Incentivos fiscais	20.336	6.573
Juros sobre o capital próprio	(209)	(372)
Despesas indedutíveis	(15.692)	(2.989)
Ajustes Lei 11.638/07 - remuneração baseada em ações, ajuste a valor de mercado das parcelas a prazo do preço de aquisição e outros	32	98
Outros	(90.087)	(49.170)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	29,0%	30,0%
Imposto de renda e contribuição social - alíquota efetiva	(14.001)	(45.614)
Corrente	(76.086)	(3.556)
Diferido	-	-

	CETIP	
	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	314.316	161.489
Imposto de renda e contribuição social - alíquota nominal	34,0%	34,0%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(106.868)	(54.906)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva	8.803	207
Equivalência patrimonial	2.249	2.219
Incentivos fiscais	20.336	6.573
Juros sobre o capital próprio	(209)	(372)
Despesas indedutíveis	(15.692)	(2.989)
Ajustes Lei 11.638/07 - remuneração baseada em ações, ajuste a valor de mercado das parcelas a prazo do preço de aquisição e outros	32	98
Diferença entre o regime de tributação pelo lucro real e lucro presumido	6.155	32
Outros	(93.799)	(49.170)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	30,0%	30,0%
Imposto de renda e contribuição social - alíquota efetiva	(17.173)	(45.614)
Corrente	(76.086)	(3.556)
Diferido	-	-

e. Regime Tributário de Transição

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária. Consequentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do período, a Companhia utilizou-se das prerrogativas definidas no RTT.



CETIP S.A. - Mercados Organizados

CNPJ nº 09.358.105/0001-91

www.cetip.com.br

Índice de Mercado MLCX

Índice de Ações com Governança IGC

Índice de Mercado NOVO

MSCI

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

deve (i) ser equivalente à média apurada nos últimos trinta pregões na BM&FBOVESPA anteriores à data da outorga da opção; ou (ii) ser fixada pelo Conselho de Administração com base no parágrafo 1º do Artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações. O Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, estabelecer um desconto de até 20% (vinte por cento) sobre o preço de exercício. No caso dos programas vinculados ao Plano de Opção 2009, os preços de exercício das opções serão ajustados pelos dividendos, juros sobre capital próprio e qualquer outro provento em dinheiro distribuído pela Companhia aos acionistas durante o prazo para exercício de cada lote de opções.

Plano de Opção 2010

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2010, os acionistas aprovaram um novo plano de opção de compra de ações, que não cancela nem substitui o Plano de Opção 2009. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011 foram aprovadas as alterações nos prazos de vesting das opções outorgadas no âmbito do Plano e alterações nas condições no caso de reorganização societária.

As opções de compra de ações do Plano de Opção 2010 poderão ser outorgadas até atingir o limite máximo de 2% do total das ações representativas do capital social da CETIP, não sendo consideradas, no entanto, para fins de cálculo do referido limite, as opções outorgadas com base em planos anteriores, vigentes ou não.

Em reunião realizada em 29 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração aprovou o Primeiro Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações (Programa 2010 GRV) no âmbito do Plano de Opção 2010. Em reunião realizada em 11 de maio de 2011, foram ratificadas as alterações no Programa 2010 GRV tendo em vista as alterações no Plano de Opção 2010, aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011.

Detalhes das opções outorgadas

Plano/Programa	Vesting	Data limite para exercício	Preço exercício (em R\$) ⁽¹⁾	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Em aberto	Valor justo (em R\$) ⁽²⁾
2008/1º	28/04/10	28/10/11	1,00	870.000	869.320	680	-	3,54
2008/1º	28/04/11	28/10/11	1,00	1.305.000	1.297.440	7.560	-	3,54
Alternativo	12/08/09	12/08/11	1,00	460.520	460.520	-	-	3,54
Alternativo	12/02/10	12/02/12	1,00	172.695	172.245	450	-	3,54
Alternativo	12/08/10	12/08/12	1,00	172.695	171.645	1.050	-	3,54
Alternativo	12/02/11	12/02/13	1,00	172.695	168.825	3.870	-	3,54
Alternativo	12/08/11	12/08/13	1,00	172.695	162.975	7.720	1.950	3,54
Total Plano 2008 e Programa Alternativo				3.326.300	3.302.970	21.380	1.950	
2009/1º	24/06/10	24/06/15	4,06	1.561.801	1.486.801	-	75.000	2,09
2009/1º	24/06/11	24/06/16	4,06	1.561.801	1.486.801	-	75.000	2,19
2009/1º	24/06/12	24/06/17	4,06	1.561.801	-	100.000	1.461.801	2,34
2009/1º	24/06/13	24/06/18	4,06	1.561.802	-	100.000	1.461.802	2,47
2009/2º	30/06/11	30/06/16	11,81	250.000	230.000	-	20.000	5,87
2009/2º	30/06/12	30/06/17	11,81	250.000	-	12.500	237.500	6,38
2009/2º	30/06/13	30/06/18	11,81	250.000	-	12.500	237.500	6,82
2009/2º	30/06/14	30/06/19	11,81	250.000	-	12.500	237.500	7,26
2009/3º	31/12/11	31/12/16	17,09	46.875	-	-	46.875	10,34
2009/3º	31/12/12	31/12/17	17,09	46.875	-	-	46.875	11,33
2009/3º	31/12/13	31/12/18	17,09	46.875	-	-	46.875	12,05
2009/3º	31/12/14	31/12/19	17,09	46.875	-	-	46.875	12,70
2009/4º	31/03/12	31/03/17	19,46	8.925	-	825	8.100	11,73
2009/4º	31/03/13	31/03/18	19,46	8.925	-	825	8.100	12,96
2009/4º	31/03/14	31/03/19	19,46	8.925	-	825	8.100	13,83
2009/4º	31/03/15	31/03/20	19,46	8.925	-	825	8.100	14,61
2009/5º	30/09/12	30/09/17	18,98	700.000	-	-	700.000	9,28
2009/5º	30/09/13	30/09/18	18,98	700.000	-	-	700.000	10,29
2009/5º	30/09/14	30/09/19	18,98	700.000	-	-	700.000	10,97
2009/5º	30/09/15	30/09/20	18,98	700.000	-	-	700.000	11,67
Total Plano 2009				10.270.405	3.203.602	240.800	6.826.003	
2010/1º	31/12/11	31/12/16	17,09	936.660	-	79.616	857.044	10,34
2010/1º	31/12/12	31/12/17	17,09	936.660	-	79.616	857.044	11,33
2010/1º	31/12/13	31/12/18	17,09	936.660	-	79.616	857.044	12,05
2010/1º	31/12/14	31/12/19	17,09	936.660	-	79.616	857.044	12,70
Total Plano 2010				3.746.640	-	318.464	3.428.176	

(1) Sujeito a atualização, quando aplicável.

(2) Valor justo na data de outorga.

Em 31 de dezembro de 2011, existem (i) 1.950 opções relativas ao Programa Alternativo, (ii) 150.000 opções relativas ao Plano 2009/Programa 2009, (iii) 20.000 opções relativas ao Plano 2009/Programa 2010, (iv) 46.875 opções relativas ao Plano 2009/Programa 2010 Complementar e (v) 857.044 opções relativas ao Plano 2010/Programa 2010 GRV, passíveis de exercício.

O percentual de diluição de participação dos atuais acionistas, considerando-se o exercício ao final do prazo de vesting de todas as opções acima já outorgadas e ainda não exercidas é de 1,73% em 2012; 1,30% em 2013, 0,73% em 2014; e 0,28% em 2015.

Opções exercidas no exercício

Plano/Programa	Quantidade de opções	Preço de exercício (em R\$) ⁽¹⁾	Valor de mercado (em R\$) ⁽²⁾
2008/1º e Alternativo	581.370	0,76	25,64
2009/1º	1.561.801	4,03	23,97
2009/2º	230.000	12,56	23,87
Total	2.373.171		

(1) Preço médio ponderado e média ponderada do valor de mercado das ações nas datas de exercício.

Movimentação consolidada no exercício

Quantidade em aberto em 31/12/10	10.362.404
Opções outorgadas	2.835.700
Opções exercidas	(2.373.171)
Opções canceladas	(568.804)
Quantidade em aberto em 31/12/11	10.256.129

Modelo de precificação

O valor justo das opções na data de outorga foi avaliado com base no modelo *Black-Scholes*. A volatilidade esperada foi estimada considerando a volatilidade histórica do Ibovespa, em virtude da ausência de histórico suficiente de cotação das ações da Companhia. As principais informações utilizadas na avaliação dos valores justos das opções na data da outorga foram as seguintes:

Plano/Programa	2008 e Alternativo	2009/1º	2009/2º	2009/3º	2010/1º	2009/4º	2009/5º
Preço da ação	R\$4,33	R\$4,33	R\$14,21	R\$23,60	R\$23,60	R\$27,00	R\$23,50
Preço de exercício	R\$1,00	R\$4,06	R\$11,81	R\$17,09	R\$17,09	R\$19,46	R\$18,98
Volatilidade média anual esperada	41,82%	33,29%	34,45%	34,61%	34,61%	34,30%	33,49%
Vida da opção em anos (expectativa de vida média ponderada)	2,3	7,5	3,3	4,3	4,3	4,2	4,7
Taxa média anual livre de risco	10,74%	6,46%	6,37%	6,01%	6,01%	6,07%	5,13%

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Classificação

Os saldos de depósitos bancários e contas a receber de clientes e outros créditos são classificados na categoria de "empréstimos e recebíveis". A classificação das aplicações financeiras está divulgada na Nota 5. A Companhia não possui nenhum passivo financeiro classificado como mensurado a valor justo por meio do resultado.

Estimativa do valor justo

A CETIP opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos (debêntures e arrendamentos financeiros).

O valor justo dos instrumentos financeiros mais relevantes, aplicações financeiras e debêntures, estão divulgados nas Notas 5 e 16a, respectivamente.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos.

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos (incluídos no Nível 1) que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Conselho de Administração

EDGAR DA SILVA RAMOS
Presidente

ROBERTO DE JESUS PARIS
Conselheiro

PEDRO PAULO MOLLO NETO
Conselheiro

DAVID GOONE
Conselheiro

FLAVIO BENICIO JANSEN FERREIRA
Conselheiro Independente

REINALDO PEREIRA DA COSTA RIOS
Vice-presidente - Conselheiro Independente

MARCO ANTONIO SUDANO
Conselheiro

GILSON FINKELSZTAIN
Conselheiro

ROBERT SLAYMAKER
Conselheiro

PAULO EDUARDO DE SOUZA SAMPAIO
Conselheiro Independente

Diretoria

LUIZ FERNANDO VENDRAMINI FLEURY
Diretor Presidente

FRANCISCO CARLOS GOMES
Diretor Vice-Presidente Executivo Corporativo, Financeiro e de Relações com Investidores

WAGNER ANACLETO
Diretor Executivo de Operações da Unidade de Negócios CETIP

MAURÍCIO REBOUÇAS FREIRE DOS SANTOS
Diretor Executivo de Tecnologia da Unidade de Negócios CETIP

CARLOS EDUARDO RATO PEREIRA
Diretor Executivo Comercial e de Produtos da Unidade de Negócios CETIP e de Marketing e Comunicação

CARLOS CEZAR MENEZES
Diretor Executivo de Autogestão

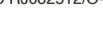
ROBERTO DAGNONI
Diretor Executivo da Unidade de Negócios GRV e de Novos Negócios

MAURO NEGRETE
Diretor Executivo de Operações e de Tecnologia da Unidade de Negócios GRV

GIOVANNI DE MELLO VIOTTI
Diretor Executivo de Relações Institucionais da Unidade de Negócios GRV

REINALDO RABELO DE MORAIS FILHO
Co-Diretor Executivo de Relações Institucionais da Unidade de Negócios GRV

Rio de Janeiro, 7 de março de 2012



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6 F-RJ

Jubran Pereira Pinto Coelho
Contador CRC MG-077045/O-0 S RJ

Os únicos instrumentos financeiros da Companhia mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo estão representados pelas aplicações financeiras classificadas como "mensuradas a valor através do resultado" ou "disponíveis para venda". Considerando que os preços de mercado divulgados para os títulos públicos envolvem metodologia de precificação e não apenas preços decorrentes de transações realizadas entre participantes, todos os ativos financeiros são classificados como Nível 2.

Gestão de riscos financeiros

A Administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento constante das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A política de aplicação do saldo em caixa privilegia alternativas de risco relativamente baixo, o que se traduz em proporção expressiva de aplicações em títulos públicos federais cuja rentabilidade esteja atrelada a taxa SELIC ou a taxas pré-fixadas.

a. Risco de crédito

O risco de crédito relacionado ao recebimento das taxas dos participantes é considerado baixo, uma vez que todo participante é obrigado a indicar um banco liquidante, quando da abertura de sua conta. O banco liquidante é responsável pelo pagamento, através de reserva bancária, de todos os custos de seu "liquidação", sendo ele o responsável pelo repasse ao participante. O risco de crédito dos recebíveis relacionados aos serviços prestados pela antiga GRV também é considerado baixo e historicamente esses recebíveis apresentam índices mínimos de inadimplência.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos depósitos bancários, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e aplicar parte substancial de seu excedente de caixa em títulos públicos federais.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito que em 31 de dezembro de 2011 monta a R\$368.138 no consolidado (31 de dezembro de 2010 – R\$302.264).

b. Risco de mercado – Moeda e volatilidade de preços

Devido ao perfil de seus instrumentos financeiros, a Companhia não possui exposição significativa ao risco cambial ou ao risco de risco de mudanças no preço de ações e/ou de commodities.

c. Risco de mercado – Taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre substancialmente de aplicações financeiras de taxa pré-fixada mensuradas a valor justo e de passivos financeiros indexados a taxas pós-fixadas. Os passivos indexados a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. As aplicações financeiras indexadas a taxas fixas e mensuradas a valor justo expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de acompanhar sua exposição e a necessidade de modificar o perfil de seus instrumentos financeiros.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos principais instrumentos financeiros remunerados por juros do Consolidado era:

	Consolidado 31/12/2011	31/12/2010
Instrumentos de taxa fixa		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	59.759	131.370
Passivos financeiros		
Preço de aquisição – parcela a prazo	380.710	519.928
Obrigações de arrendamentos financeiros	5.034	6.566

Instrumentos de taxa variável

Ativos financeiros

Aplicações financeiras (1) 229.355 88.083

Passivos financeiros

Debêntures emitidas 793.970 892.683

(1) Apesar das aplicações em fundos de investimento não serem instrumentos financeiros remunerados por juros, as mesmas foram incluídas juntamente com os instrumentos de taxa variável tendo em vista se tratarem de aplicações cujo benchmark de rentabilidade é o CDI.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

Os únicos instrumentos financeiros de taxa de juros fixa contabilizados pelo valor justo são as aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda. Considerando que essas aplicações estão classificadas como disponíveis para venda, o quadro abaixo demonstra o impacto bruto no patrimônio líquido decorrente de uma alteração nas taxas de juros aplicada sobre a exposição líquida na data das demonstrações financeiras.

Conforme determinado pela Instrução CVM 475/08, a Companhia preparou 3 cenários de análise de sensibilidade. O cenário I considera as taxas de juros do mercado futuro observadas na data base das demonstrações financeiras e os cenários II e III consideram uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CETIP S.A. – Mercados Organizados em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CETIP S.A. – Mercados Organizados em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.c., as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas

de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da CETIP S.A. – Mercados Organizados, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado
Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente, e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Os instrumentos financeiros de taxa de juros variável são as aplicações financeiras e as debêntures. O quadro abaixo demonstra o impacto bruto das despesas financeiras líquidas no resultado e no patrimônio líquido para o exercício seguinte, considerando três cenários de taxas de juros aplicados sobre a exposição líquida na data das demonstrações financeiras.

Conforme determinado pela Instrução CVM 475/08, a Companhia preparou 3 cenários de análise de sensibilidade. O cenário I considera as taxas de juros projetadas para o exercício de 2012 observadas no mercado futuro na data das demonstrações financeiras acrescida de spread e os cenários II e III consideram uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

	Saldo líquido em 31/12/11	Cenários – impacto no patrimônio			
Risco		I	II	III	
NTNs-F	Elevação da taxa de juros	59.759	8	(173)	(346)

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável
Os instrumentos financeiros de taxa de juros variável são as aplicações financeiras e as debêntures. O quadro abaixo demonstra o impacto bruto das despesas financeiras líquidas no resultado e no patrimônio líquido para o exercício seguinte, considerando três cenários de taxas de juros aplicados sobre a exposição líquida na data das demonstrações financeiras.

Conforme determinado pela Instrução CVM 475/08, a Companhia preparou 3 cenários de análise de sensibilidade. O cenário I considera as taxas de juros projetadas para o exercício de 2012 observadas no mercado futuro na data das demonstrações financeiras acrescida de spread e os cenários II e III consideram uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

	Saldo líquido em 31/12/11	Cenários – impacto no resultado e patrimônio			
Risco		I	II	III	
Instrumentos de taxa variável	Aumento da taxa de juros	678.841	(67.980)	(86.212)	(104.967)

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros do Consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente da data do balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2011				
Fornecedores e outras obrigações	10.748	-	-	-
Dividendos e juros				